

Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil

SÍNTESE DA III REUNIÃO REALIZADA EM BRASÍLIA, DIAS 28 E 29 DE ABRIL DE 2010



© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2010

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio *Web* institucional www.iica.org.br

Coordenação editorial: Fernanda Tallarico

Copidesque: Cecília Fujita

Diagramação: Representação do IICA no Brasil

Leiute da capa: Representação do IICA no Brasil

Impressão: Gráfica e Editora Unique

Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil:
Síntese III Reunião, (3: 2010, Abril 28-29: Brasília, Brasil) / IICA – Brasília: IICA,
2010.

116 p., 24 x 24 cm

ISBN 978-92-9248-292-3

1. Cooperação Internacional 2. Projetos de Desenvolvimento 3. Assistência Técnica 4.
Brasil I. IICA II. Título

AGRIS
E14

DEWEY
338.91

Representante do IICA no Brasil

Carlos Américo Basco

Planejamento e Coordenação Técnica

Aureliano da Costa Matos

Gisele Ceccon

Heithel Souza Silva

Relatoria

Sueli Corrêa de Faria

Coordenadores de Mesa

Aureliano da Costa Matos

Carlos Américo Basco

Carlos Miranda

Christian Fischer

Gertjan Beekman

Heithel Souza Silva

Marco Ortega

Apoio Administrativo

Maximiliano Saudades

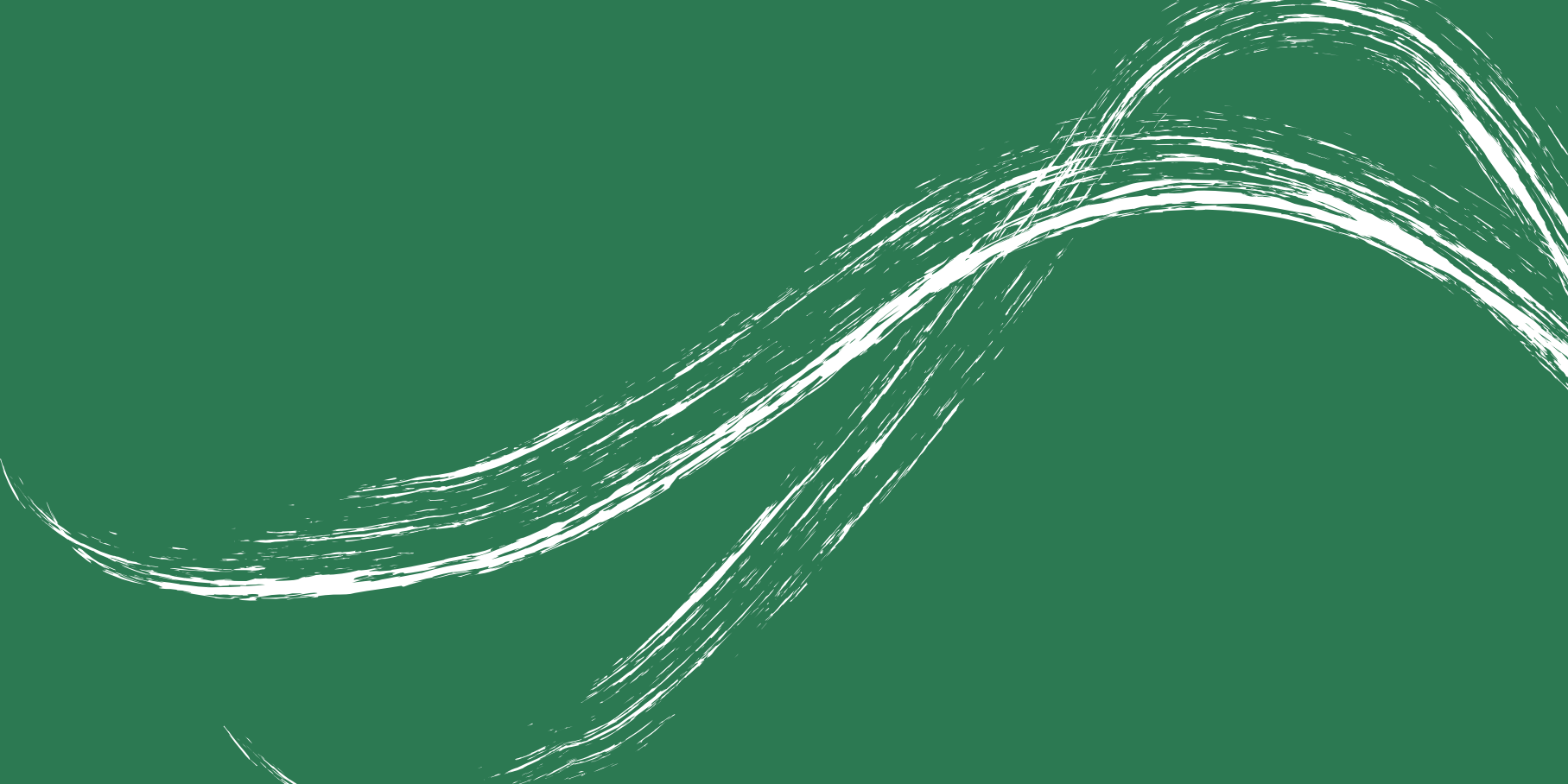
Braulio Heinze

Fotos

Fernanda Tallarico

Rodrigo Germano Rodrigues

Brasília, Brasil
2010



Este documento contém uma síntese dos resultados da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Foi elaborado pela relatora Sueli Corrêa de Faria. Em hipótese alguma pretende esgotar os temas abordados e as discussões ocorridas; ao contrário, tem por objetivo servir de base para a ampliação de debates em torno da integração de políticas públicas.



SUMÁRIO

- 8 Apresentação
- 10 1. Antecedentes
- 14 2. Programação da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil
- 18 3. Síntese das Palestras e Debates
- 19 Abertura
Carlos Américo Basco, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil (IICA)
- 20 Painel 1
Coordenador: Carlos Américo Basco, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil (IICA)
- 20 *Projeções do agronegócio*
José Gasques, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- 23 *II Mostra Nacional de Desenvolvimento Territorial*
Marcos José Rodrigues Miranda, Ministério da Integração Nacional (MI)
- 25 *Sistemas de Gestão do Programa Nacional de Crédito Fundiário (SIG-CF, Simon e SMMT)*
Marlon Duarte Barbosa, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (MDA/SDT)
- 27 Debates no Painel 1

28 Painel 2

Coordenador: Carlos Miranda, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

28 *Diálogos setoriais: cooperação do Ministério da Integração Nacional e União Europeia no âmbito do PCT “Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional”*

Paulo Pitanga do Amparo, Ministério da Integração Nacional (MI)

30 *Capital social e dinamização de redes político-institucionais*

Luiz André Soares, Instituto Souza Cruz (ISC)

32 *Debates no Painel 2*

33 Painel 3

Coordenador: Marco Ortega, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

33 *Capacitação e formação de gestores e educadores ambientais no âmbito da agricultura familiar e das comunidades tradicionais visando o desenvolvimento rural sustentável: PCT-MMA/IICA*

Renata Rosendo Maranhão, Ministério do Meio Ambiente (MMA)

34 *Produção agroecológica integrada e sustentável*

Jorge Alfredo Streit, Fundação Banco do Brasil (FBB)

37 *Mapeamento de competências humanas e corporativas da Secis*

Vera Lúcia Ribeiro de Barros, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

39 *Debates no Painel 3*

40 Painel 4

Coordenador: Aureliano da Costa Matos, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

40 *Diagnóstico das reais necessidades de comunicação integrada no combate a ilícitos ambientais*

Luciano de Meneses Evaristo e **Luís Mauro Santos da Silva**, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

42 *Arranjos Produtivos Locais – Superação de gargalos tecnológicos em projetos apoiados pela Secis*

Aimée Novo Faria, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

44 *Consolidação dos instrumentos legais e operacionais do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (FERHBA)*

Elias de Paula de Araújo, Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ/BA)

47 *Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada*

Ramon Flávio Rodrigues, Ministério da Integração Nacional

49 *Debates no Painel 4*

50

Painel 5

Coordenador: Christian Fischer, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

50

Projeto Territórios Digitais

Vinicius Pedron Macário, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (MDA/NEAD)

52

Informação e gestão tecnológica para a agricultura familiar

Otavio Valentin Balsad, Antonio Carlos do Prado e Petula Ponciano Nascimento, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

54

Projeto Zoneamento Agroecológico do Cariri

José Carlos Aziz Ary, Banco do Nordeste (BNB), e **Eduardo Flávio Rodrigues Martins**, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme)

Comentários do coordenador do painel 5, Christian Fischer

57

Debates no Painel 5

58

Painel 6

Coordenador: Gertjan Beekman, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

58

Fundo de Apoio às Iniciativas Locais de Combate à Desertificação

Marco Bueno, Ministério do Meio Ambiente (MMA)

59

Geoprocessamento e cadastramento de propriedades rurais do oeste da Bahia

José Luiz de Souza, Ministério da Integração Nacional (MI)

Comentários do coordenador do painel 6, Gertjan Beekman

60

Debates no Painel 6

62

Painel 7

Coordenador: Heithel Souza Silva, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

62

Contribuições da cooperação técnica para o desenvolvimento territorial: o II Salão Nacional dos Territórios Rurais

Fernanda Corezola, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT)

64

A contribuição da cooperação técnica na construção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará

Josias Farias Neto e José Gilberto Sztutman, Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará

65

Acesso e uso da energia elétrica como fator de desenvolvimento de comunidades do meio rural brasileiro: PCT Eletrobras/IICA

Eduardo Luis de Paula Borges e Fernando Oliveira Mateus, Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras)

67 Fortalecimento de capacidade institucional e da gestão das avaliações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos da Eletronorte: PCT Eletronorte/IICA
Victor Perdigão e Carlos Yassuo Sudo, Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)

68 Debates no Painel 7

70 4. Apresentação do Relatório Anual 2009: A Contribuição do IICA para o Desenvolvimento da Agricultura e das Comunidades Rurais”, Carlos Américo Basco, Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil

76 5. Considerações Finais

80 6. Referências

84 Anexos

84 A – Lista de participantes da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil

91 B – Registro fotográfico da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

21 Tabela 1 Brasil: Projeções 2008/2009 a 2019/2020 – Resultados de Produção

22 Tabela 2 Brasil: Projeções 2008/2009 a 2019/2020 – Resultados de Exportação

26 Figura 1 Preço médio negociado pelo PNCF entre 2008 e 2010

31 Figura 2 Integração das redes às ações do Cedejor

35 Figura 3 Foco de atuação da Fundação Banco do Brasil

37 Figura 4 Distribuição das unidades PAIS/FBB nas unidades da federação, dezembro 2009

38 Figura 5 Projeto de gestão por competências da Secis/MCT

41 Figura 6 Meios de comunicação no trabalho de fiscalização do Ibama

48 Figura 7 Visitantes mensais no Fórum Virtual da Agricultura Irrigada, março 2009/abril 2010

51 Figura 8 Diagnóstico da exclusão digital – MPOG, 2008

55 Tabela 3 Resultados do levantamento de solos na Mesorregião do Sul Cearense

56 Figura 9 Mapa de solos da Mesorregião do Sul Cearense – Escala 1:1.000



Apresentação



A cooperação técnica internacional, na visão do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), constitui importante instrumento de desenvolvimento, porque possibilita a construção e transferência de conhecimento científico e tecnológico, por meio da realização de projetos e divulgação dos resultados, das experiências de sucesso e de novas tecnologias. Esse processo capacita recursos humanos e fortalece instituições, criando assim as bases para saltos qualitativos de caráter duradouro.

A cooperação técnica entre o Brasil e o IICA completou 46 anos, em 2009, período em que foram desenvolvidos projetos nos três níveis de governo, com o envolvimento de mais de mil organizações da sociedade civil. Nessa parceria, o IICA tem contribuído para um reposicionamento da agricultura e da vida rural, com foco em:

- a. promoção do comércio e da competitividade do agronegócio;
- b. inovação tecnológica;
- c. promoção da sanidade agropecuária e da inocuidade de alimentos;
- d. desenvolvimento rural sustentável;
- e. promoção do manejo sustentável dos recursos naturais;
- f. capacitação de técnicos, lideranças políticas e comunitárias, agricultores e agricultoras brasileiros.

O IICA e seus parceiros atuam de modo a desenvolver – nas pessoas, instituições e segmentos e grupos sociais – a capacidade de compreender e solucionar os problemas que enfrentam no desempenho de suas funções, para que se construa um desenvolvimento mais justo e sustentável no país. Com a realização desta III Reunião de Intercâmbio de Experiências, o IICA inova uma vez mais ao abrir espaço para a integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, em que se privilegiam a divulgação de resultados de projetos de cooperação, a troca de informações e a articulação de ações de cooperação horizontal.

Carlos Américo Basco
Representante do IICA no Brasil



Antecedentes



A tuando no Brasil desde 1964, o IICA tem acumulado e compartilhado conhecimentos e experiências nas seguintes áreas estratégicas para o desenvolvimento do país: (a) promoção do comércio e da competitividade do agronegócio, (b) inovação tecnológica, (c) sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, (d) desenvolvimento rural sustentável, (e) manejo sustentável dos recursos naturais e (f) capacitação de técnicos, lideranças políticas e comunitárias e agricultores e agricultoras brasileiros.

Desde 2008, a Representação do IICA no Brasil vem promovendo, em Brasília, reuniões técnicas anuais de intercâmbio de experiências realizadas no âmbito das atividades de cooperação técnica em desenvolvimento. Dessas reuniões participam diretores, coordenadores e técnicos dos projetos

de cooperação técnica, representantes de instituições parceiras e especialistas, com o objetivo de divulgar resultados, trocar informações e articular ações de cooperação horizontal, com foco na integração de políticas públicas.

A metodologia utilizada nas reuniões de intercâmbio consiste da apresentação de produtos das diferentes atividades de cooperação, indicados por livre escolha das entidades executoras nacionais. A cada sequência de duas ou três apresentações é aberto espaço para debates e esclarecimento de dúvidas.

A primeira Reunião de Intercâmbio teve lugar nos dias 2 e 3 de abril de 2008 e possibilitou a discussão de resultados de atividades de cooperação técnica realizadas em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o

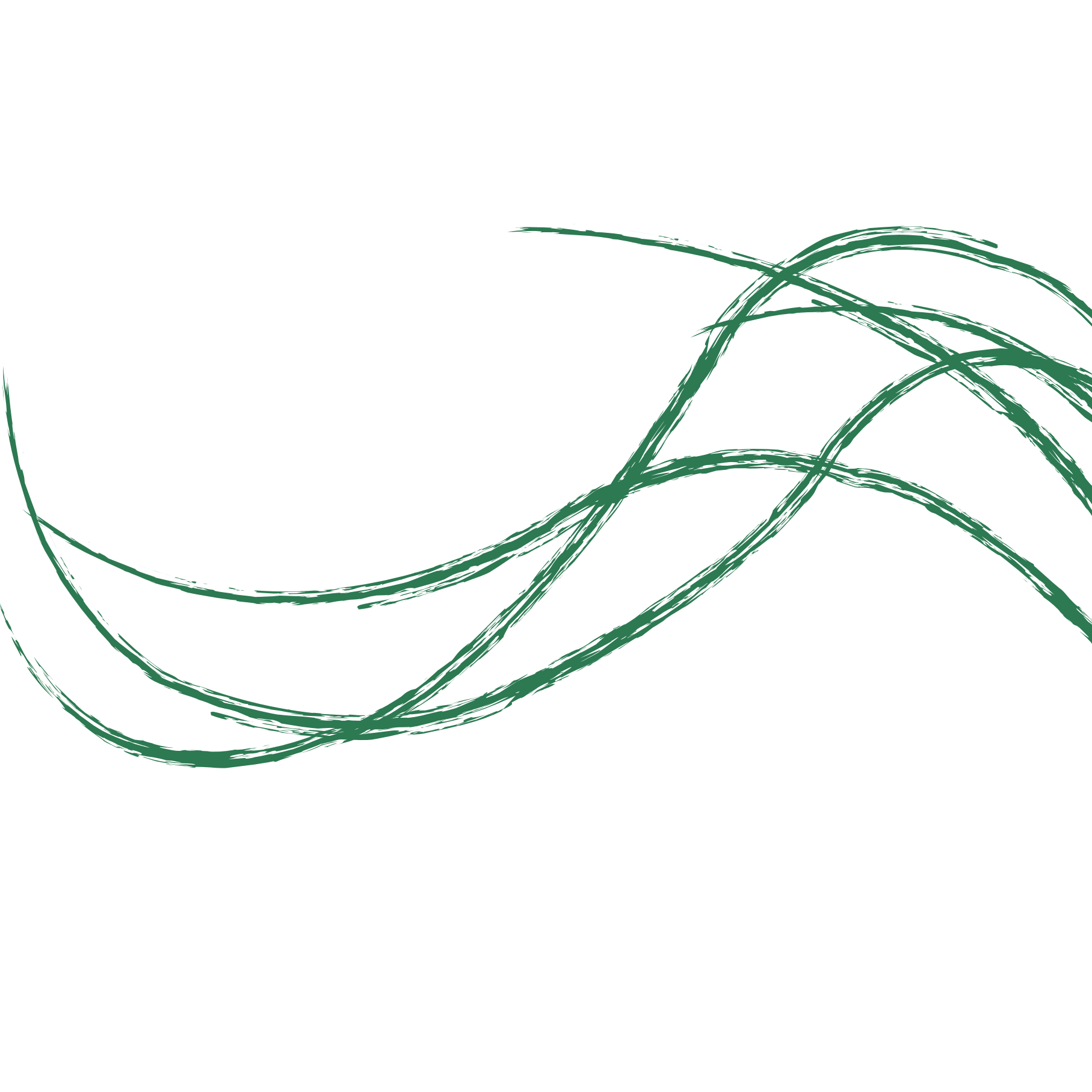
Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (DAS-CE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste (BNB), o Instituto Souza Cruz e Centros de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) da Região Sul do país.

Na segunda Reunião de Intercâmbio, que ocorreu nos dias 7 e 8 de abril de 2009, foram contempladas experiências resultantes da parceria do IICA com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão (Seagro/MA), o Banco do Nordeste (BNB), a Fundação Banco do Brasil, o Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia (INGÁ-BA), o Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA-RN) e o Instituto Souza Cruz. A Reunião é relatada na publicação *“Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil: síntese da II Reunião realizada em*

Brasília, dias 7 e 8 de abril de 2009”, disponível no *website* do IICA (<www.iica.org>), juntamente com os arquivos originais das palestras proferidas, que foram gentilmente disponibilizados por seus autores.

Este documento refere-se à terceira Reunião, promovida nos dias 28 e 29 de abril de 2010, que abrangeu a apresentação e discussão de produtos da cooperação técnica com os seguintes parceiros: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Nordeste (BNB), Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia (INGÁ-BA), Instituto Souza Cruz (ISC). Nessa Reunião, foi lançado o *“Relatório Anual 2009: a contribuição do IICA para o desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais”* e distribuído o relatório do evento anterior, intitulado *“Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil: síntese da II Reunião realizada em Brasília, dias 7 e 8 de abril de 2009”*. Esses

documentos, assim como os arquivos das palestras proferidas em cada Painel, encontram-se no *website* do IICA para consulta e *download*.





2

Programação

III REUNIÃO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO IICA NO BRASIL

Programação

Local: Academia de Tênis, Salão Bulgatti, SCS Trecho 4, Conjunto 5, Lote 1B

DIA 28 DE ABRIL (QUARTA-FEIRA)

8h00 - 9h00	PAINEL 1	Credenciamento
8h45 - 9h00		Abertura Carlos Américo Basco, Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil
9h00 - 9h25		COORDENADOR: CARLOS AMÉRICO BASCO (IICA) Projeções do Agronegócio Apresentador: José Gasques Instituição: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
9h25 - 9h50		II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional Apresentador: Marcos José Rodrigues Miranda Instituição: Ministério da Integração Nacional (MI)
9h50 - 10h15		Sistemas de Gestão do Programa Nacional de Crédito Fundiário (SIG-CF, Simon e SMMT) Apresentador: Marlon Duarte Barbosa Instituição: Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA)
10h15 - 10h45		Debate Técnico
10h45 - 11h10		Coffee-break
11h10 - 11h35	PAINEL 2	COORDENADOR: CARLOS MIRANDA (IICA) Diálogos setoriais: cooperação do Ministério da Integração Nacional e União Européia no âmbito do PCT “Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional” Apresentador: Rodrigo F. Ximenes Vitorino e Paulo Pitanga do Amparo Instituição: Ministério da Integração Nacional (MI)
11h35 - 12h00		Capital Social e Dinamização de Redes Político-Institucionais Apresentador: Luiz André Soares Instituição: Instituto Souza Cruz (ISC)
12h00 - 12h30		Debate técnico
12h30 - 14h00		Almoço Local: Academia de Tênis
14h00 - 14h25	PAINEL 3	COORDENADOR: MARCO ORTEGA (IICA) Capacitação e Formação de Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais, visando o Desenvolvimento Rural Sustentável: PCT MMA/IICA Apresentador: Claudison Rodrigues de Vasconcelos Instituição: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

14h25 - 14h50	PAINEL 3	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável Apresentador: Jorge Streit Instituição: Fundação Banco do Brasil (FBB)
14h50 - 15h15		Mapeamento de Competências Humanas e Corporativas da SECIS Apresentadora: Vera Lucia Ribeiro de Barros Instituição: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
15h15 - 15h45		Debate técnico
15h45 - 16h15		Coffee-break
16h15 - 16h40	PAINEL 4	COORDENADOR: AURELIANO MATOS(ICA) Diagnóstico das reais necessidades de comunicação integrada no combate a ilícitos ambientais Apresentadores: Luciano de Meneses Evaristo e Luis Mauro Santos da Silva Instituição: IBAMA
16h40 - 17h05		Arranjos Produtivos Locais – superação de gargalos tecnológicos em projetos apoiados pela SECIS Apresentadora: Aimée Novo Faria Instituição: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
17h05 - 17h30		Consolidação dos Instrumentos Legais e Operacionais do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia - FERHBA Apresentador: Elias de Paula de Araújo Instituição: Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ/BA)
17h30 - 17h55		Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada Apresentador: Ramon Flávio Rodrigues Instituição: Ministério da Integração Nacional (MI)
17h55 - 18h30		Debate técnico
19h00		Lançamento do “Relatório Anual IICA Brasil 2009” e do Informe “Situação em 2009 e Perspectivas da Agricultura Brasileira para 2010” Apresentador: Carlos Américo Basco, Representante do IICA no Brasil
		COQUETEL AOS PARTICIPANTES

DIA 29 DE ABRIL (QUINTA-FEIRA)

9h00 - 9h25	PAINEL 5	COORDENADOR: CHRISTIAN FISCHER (IICA) Projeto Territórios Digitais Apresentador: Vinicius Pedron Macário Instituição: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA)
9h25 - 9h50		Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar Apresentadores: Otavio Valentin Balsad e Antonio Carlos do Prado Instituição: EMBRAPA
9h50 - 10h15		Projeto Zoneamento Agroecológico do Cariri Apresentadores: José Carlos Aziz Ary e Robério Gress do Vale Instituição: Banco do Nordeste (BNB)
10h15 - 10h45 10h45 - 11h10		Debate Técnico Coffee-break

11h10 - 11h35	PAINEL 6	COORDENADOR: GERTJAN BEEKMAN (IICA) Fundo de Apoio às Iniciativas Locais de Combate à Desertificação Apresentador: Marco Bueno Instituição: Ministério do Meio Ambiente (MMA)
11h35 - 12h00		Geoprocessamento e Cadastramento de Propriedades Rurais do Oeste da Bahia Apresentador: José Luiz de Souza Instituição: Ministério da Integração Nacional (MI)
12h00 - 12h30		Debate técnico
12h30 - 14h00		Almoço Local: Academia de Tênis
14h00 - 14h25	PAINEL 7	COORDENADOR: HEITHEL SOUZA SILVA (IICA) Contribuições da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Territorial: o II Salão Nacional dos Territórios Rurais Apresentadora: Fernanda Corezola Instituição: Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA)
14h25 - 14h50		A contribuição da Cooperação Técnica na construção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará Apresentadores: Josias Farias Neto e José Gilberto Sztutman Instituição: Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará
14h50 - 15h15		Acesso e uso da energia elétrica como fator de desenvolvimento de comunidades do meio rural brasileiro: PCT ELETROBRAS/IICA Apresentadores: Eduardo Luis de Paula Borges e Fernando Oliveira Mateus Instituição: ELETROBRAS
15h15 - 15h40		Fortalecimento de Capacidade Institucional e da Gestão das Avaliações Voltadas às Populações Atingidas pelos Empreendimentos da Eletronorte: PCT ELETRONORTE/IICA Apresentador: Victor Perdigão Instituição: ELETRONORTE
15h40 - 16h10		Debate técnico
16h10 - 16h40		Considerações Finais e Encerramento
16h40 - 17h00	Coffee-break	





3

Síntese das Palestras e Debates

ABERTURA

Carlos Américo Basco, Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil

Oportunidades de intercâmbio de experiências, como estas oferecidas nas reuniões realizadas anualmente pelo IICA, são importantes porque contribuem para a aprendizagem de pessoas e instituições e, conseqüentemente, para melhorar o desempenho do desenvolvimento rural no Brasil.

Atualmente, o IICA desenvolve 27 projetos de cooperação técnica, que envolvem a elaboração de 197 produtos, sendo 16 desses projetos de abrangência nacional, 2 no âmbito da cooperação bilateral Brasil-Haiti, 3 na Região Norte e 7 na Região Nordeste do Brasil.

Os destaques na cooperação técnica realizada pelo IICA, em 2009, foram:

- O IICA foi selecionado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para implementar

cooperação técnica com outros países. Por exemplo: Haiti, com ações voltadas para a construção de cisternas, abastecimento e outras; Paraguai, com aumento no número de projetos em áreas fronteiriças.

- O IICA foi convidado a compor o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.
- Cooperação interagências em turismo rural/ecoturismo e biocombustíveis.
- Cooperação com municípios do entorno do Distrito Federal.
- Agronegócio em áreas indígenas.
- Sistemas de sanidade.
- Cooperação na área do meio ambiente: planos de combate à desertificação; ciência, tecnologia e inovação.

- Fortalecimento de comunidades rurais com reforço do enfoque territorial: RIB/Fórum DRS.
- Colaboração com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em Tecnologia e Inovação.
- Publicações periódicas.
- Outorga do Prêmio Interamericano do Setor Rural.
- Adoção da videoconferência como atividade de rotina (1-2 por semana).
- Promoção de cursos, reuniões e debates.

PAINEL 1

Coordenador: **Carlos Américo Basco**, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil (IICA)

Projeções do agronegócio

Instituição parceira: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Apresentador: **José Gasques**

O palestrante do MAPA ressaltou a importância da parceria de aproximadamente 4 anos com o IICA, dando destaque às projeções referentes à produção e exportação do agronegócio, no período 2009/2010 a 2019/2020, com utilização de uma base de dados de 34 anos, disponibilizada pela Conab, IBGE, MAPA, Embrapa, Fapri (Food and Agricultural Policy Research Institute) e USDA (United States Department of Agriculture).

Os modelos econométricos passaram a ser utilizados pelo MAPA em 2005, com a adoção do programa SAS (Statistical Analysis System). Anteriormente, trabalhava-se com taxas. A metodologia utilizada consiste na aplicação dos três modelos de séries temporais seguintes em cada produto analisado: Alisamento Exponencial, Box e Jenkins (Arima) e Espaço de Estados. Os resultados devem ser referendados por especialistas.

Os produtos considerados nas previsões são: milho, soja em grão, trigo, carne bovina, carne suína, carne de frango, laranja, suco de laranja, açúcar, etanol, algodão, farelo de soja, óleo de soja, leite *in natura*, feijão, arroz, batata inglesa, mandioca, café, cana-de-açúcar e, mais recentemente, fumo, celulose e papel.

Embora as projeções tenham sido realizadas em escala nacional e em escala regional, a apresentação abrangeu apenas a primeira escala, como pode ser observado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Brasil: Projeções 2008/2009 a 2019/2020 – Resultados de Produção

Produto	Unidade	2008/09	2019/20	Varição%
Milho	milhões t.	50,97	70,12	37,57
Soja	milhões t.	57,09	81,96	43,55
Trigo	milhões t.	5,67	7,07	24,70
Laranja	milhões t.	18,54	21,06	13,55
Carne de Frango	milhões t.*	11,13	16,63	49,44
Carne Bovina	milhões t.*	7,83	9,92	26,76
Carne Suína	milhões t.*	3,19	3,95	23,91
Cana de Açúcar	milhões t.	696,44	893,00	28,22
Acúcar	milhões t.	31,50	46,70	48,24
Etanol	bilhões l.	27,67	62,91	127,33
Algodão	milhões t.	1,19	2,01	68,19
Arroz	milhões t.	12,63	14,02	11,72
Feijão	milhões t.	3,48	4,27	22,61
Leite	milhões l.	30,34	37,75	24,45
Farelo de Soja	milhões t.	22,48	28,17	25,27
Óleo de Soja	milhões t.	5,69	7,92	39,08
Batata Inglesa	milhões t.	3,39	4,17	23,03
Mandica	milhões t.	26,42	30,19	14,26
Fumo	milhões t.	0,83	1,08	29,78
Papel	milhões t.	9,41	12,24	30,04
Celulose	milhões t.	12,70	18,10	42,56

Fonte: AGE/MAPA - 2010

(*) Milhões de Toneladas equivalente carcaça

(**) Refere-se à cana destinada à produção de açúcar e álcool e outros fins, como forrageiras, cachaças, etc.

Fonte: GASQUES, 2009, slide 5.

No período analisado, verificou-se uma tendência de crescimento de 36,7% na produção brasileira de cinco grãos básicos (milho, soja, trigo, arroz e feijão) e de 37,75% para carnes (GASQUES, 2009).

De acordo com o palestrante, o Brasil é o maior produtor mundial de alimentos porque combina disponibilidade de área e domínio

de tecnologia de cultivo de produtos tropicais, fruto especialmente do trabalho que é desempenhado pela Embrapa.

As projeções de exportação encontram-se na Tabela 2, onde se sobressaem o etanol, o leite, o milho e a carne bovina.

Tabela 2 – Brasil: Projeções 2008/2009 a 2019/2020 – Resultados de Exportação

Produto	Unidade	2008/09	2019/20	Varição%
Milho	milhões t.	7.000	12.620	80,3
Soja	milhões t.	27.600	37.870	37,2
Suco de Laranja	milhões t.	2.030	2.650	30,1
Carne de Frango	milhões t.*	3.550	6.090	71,5
Carne Bovina	milhões t.*	1.690	3.090	82,8
Carne Suína	milhões t.*	610	830	37,3
Acúcar	milhões t.	21.140	32.200	52,3
Etanol	bi l.	4.680	15.120	222,9
Algodão	milhões t.	440	830	91,6
Farelo de Soja	milhões t.	12.300	13.640	10,9
Óleo de Soja	milhões t.	1.500	2.290	52,8
Leite	milhões l.	1.050	1.940	84,3
Celulose	milhões t.	7.040	11.080	57,39
Papel	milhões t.	1.980	2.820	42,42

Fonte: AGE/MAPA - 2010

(*) Milhões de Toneladas equivalente carcaça

Fonte: GASQUES, 2009, slide 8.

O coordenador do painel comentou que devem ocorrer mudanças nas projeções regionais em conexão com mudanças climáticas e que a recente aquisição de frigoríficos, pelo Brasil, tem o objetivo de expandir as exportações de carne bovina.

Os resultados desse trabalho encontram-se disponíveis, desde março de 2010, no *website* do MAPA, em português e inglês, sendo esta última a língua em que é mais consultado.

II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional

Instituição parceira: Ministério da Integração Nacional (MI)

Apresentador: Marcos José Rodrigues Miranda

A II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional foi realizada em Florianópolis-SC, entre 10 e 14 de março de 2010. Trata-se de um produto vinculado ao Projeto de Cooperação Técnica IICA/MI "Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional". A primeira Mostra foi realizada em 2009, em Salvador, e a próxima está prevista para ocorrer em Belo Horizonte, com 120 expositores pré-agendados.

O evento contou com a participação de 16.771 pessoas e recebeu mais de 500 crianças em visitas escolares. Conforme Miranda (2010), consistiu de:

➤ Feira de Produtos

- Rodada de Negócios
- Simpósio Internacional, em que foram debatidos os temas:
 - Políticas públicas com base territorial: avanços e desafios
 - Políticas regionais: olhar pós-2010
 - O papel da infraestrutura no Desenvolvimento Regional
 - Arranjos Produtivos Locais: experiências concretas de ação no território em escalas distintas
- Seminário Internacional sobre Fronteira, no qual se discutiram:

- Situação atual e perspectivas para a integração fronteiriça na União Europeia e América do Sul
 - A fronteira e suas relações socioculturais
 - Entraves e oportunidades ao desenvolvimento comercial na fronteira
- 11 Minicursos
 - 8 Projetos inovadores
 - 27 Apresentações institucionais (FAO, Sebrae, EU)
 - Espaço Criar, no qual artesãos transformaram-se em professores
 - Espaço Gourmet
 - Visitas escolares
 - Apresentações culturais.

O palestrante ressaltou que o principal destaque da Mostra foi a rodada de negócios organizada pelo Sebrae, que trouxe artesãos capacitados para atender demandas e movimentou R\$ 990 mil. Trocas de experiências capacitam e difundem conhecimento em desenvolvimento regional. Na Mostra, o público pôde observar o que é produzido em todo o país.

O coordenador do painel confirmou o sucesso da rodada de negócios, elogiou a qualidade dos produtos expostos e informou que a Mostra está dando origem a projetos de cooperação transfronteiriça, apoiados pela União Europeia.

Maiores informações podem ser obtidas no *hot site* do evento: <www.mi.gov.br/mostra>.

Sistemas de Gestão do Programa Nacional de Crédito Fundiário (SIG-CF, Simon e SMMT)

Instituição parceira: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (MDA/SRA)

Apresentador: Marlon Duarte Barbosa

O palestrante lembrou a apresentação feita na II Reunião, em 2009, com o intuito de evidenciar a importância do IICA para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), que tem o objetivo de dar acesso à terra a famílias de baixa renda, que são organizadas, em mais de 50% dos casos, pelo movimento sindical (Contag, Fetag etc.). As ações de acompanhamento e monitoramento da implantação de infraestrutura e das atividades produtivas são planejadas a partir da avaliação individual dos seguintes agentes: Unidade Técnica Estadual, Movimento Sindical, Rede de Apoio, Supervisor Nacional, beneficiário (BARBOSA, 2010).

Até o momento, o PNCF alavancou o acesso à terra para 80 mil famílias, com aquisição de 1,3 milhões de hectares e investimentos de R\$ 2,1 bilhões. Os financiamentos levaram à criação de políticas afirmativas, tais como: Minha Primeira Terra e Terra Negra.

O PNFC é executado em parceria com os estados e tem dois componentes:

- Financiamentos reembolsáveis
- Financiamentos não reembolsáveis, sendo que estes se transformaram em política pública, quando findou o período em que os projetos contaram com financiamento internacional.

O Programa trabalhava com dois sistemas, SQD (Sistema de Qualificação da Demanda) e SAC (Sistema de Acompanhamento e Contratação), que foram integrados para constituir o SIG-CF (Sistema de Informações Gerenciais), na busca pela eficiência nas informações e agilidade na concessão de crédito. O SIG-CG emite relatórios de gestão em tempo real.

Um segundo Sistema utilizado no PNCF é o SMMT (Sistema de Monitoramento de Mercado de

Terra), que trabalha com equações para simular preço da terra/valor de referência, de modo a possibilitar melhor negociação pelas famílias. O Sistema acompanha o mercado de terras no Brasil (Figura 1), onde o preço da terra é composto de forma diferente, em cada região. Com isso, foi possível a 70% das famílias obter bônus na compra de suas terras.

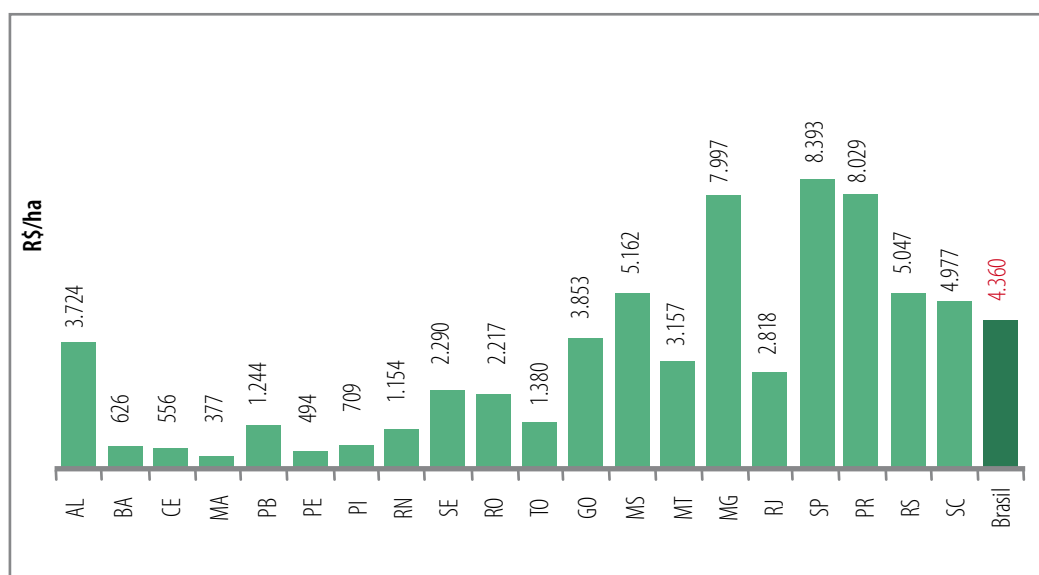


Figura 1 – Preço médio negociado pelo PNCF entre 2008 e 2010.

Fonte: BARBOSA, 2010, slide 8.

Além dos dois sistemas citados, o PNCF trabalha ainda com o SiMon (Sistema de Monitoramento de Projetos), que teve sua concepção apresentada na Reunião de 2009 e hoje se encontra em pleno funcionamento.

O Programa mantém um técnico em cada estado, para orientar a elaboração de projetos e prestar assistência técnica às famílias, que são compostas, em 38% dos casos, de pessoas analfabetas.

O coordenador do painel ressaltou a importância do SMMT para que o governo possa monitorar o preço da terra em todo o país.

Debates no Painel 1

Levantou-se a questão do crescimento da produção de etanol e açúcar, projetado pelo MAPA, no sentido de que ele poderia gerar um aumento da área plantada com cana-de-açúcar e, assim, afetar a produção de alimentos. De acordo com Gasques, não há grandes problemas à vista, porque a produção da cana tem apresentado elevados ganhos de produtividade e a expansão da área plantada é prevista apenas no Mato Grosso. Todavia, preveem-se efeitos negativos na produção de alimentos do Estado do Paraná.

Por solicitação do representante da Eletrobras, foram esclarecidos os critérios de seleção de expositores nas Mostras promovidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Como primeiro critério, considera-se a inserção do produtor em uma mesorregião. A Mostra é a culminância de um processo de parcerias e abarca representantes de projetos apoiados por instituições parceiras. Assim, os parceiros indicam os expositores e, no caso específico da rodada de negócios, a seleção é feita pelo Sebrae.

Comentou-se, ainda, que o mercado de terras se estabilizou e que a abertura de estradas e a implantação de infraestrutura, juntamente com a produção de energia limpa, são condicionantes da elevação do preço da terra no Brasil.

PAINEL 2

Coordenador: Carlos Miranda, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Diálogos setoriais: cooperação do Ministério da Integração Nacional e União Europeia no âmbito do PCT “Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional”

Apresentador: Paulo Pitanga do Amparo, Diretor do Departamento de Políticas de Desenvolvimento Regional

Instituição parceira: Ministério da Integração Nacional (MI)

O palestrante apresentou, inicialmente, um breve histórico da experiência de cooperação entre o MI, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Divisão de Política Regional da Comissão Europeia (DGRegio/EC, Bruxelas), na área de gestão de políticas regionais, e destacou as atividades realizadas com o apoio do IICA, a partir de 2006.

A proposta de cooperação partiu do professor Ronald Hall, em uma tentativa de aproximar a UE dos países emergentes (Brasil, Rússia, China e Índia). Os primeiros entendimentos levaram à realização do Seminário Internacional “Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e Perspectivas à Luz das Experiências da União Europeia e do Brasil”, em março

de 2006, e ao envio de uma delegação chefiada pelo ministro Geddel Vieira Lima à Semana Europeia de Regiões e Cidades – *Open Days*, em outubro de 2007. Do seminário resultou o livro “*Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*”, organizado por Clélio Campolina Diniz.

Em novembro de 2007, teve lugar em Brasília o Colóquio Internacional Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Europeia, no qual foi assinado o Memorando de Entendimento (MoU) entre o Brasil e a União Europeia para o desenvolvimento de um “diálogo estruturado sobre política regional”, em vigência.

Em 2008, no mês de maio, uma delegação do MI visitou instituições

europeias (OCDE, Paris; Eurostat, Luxemburgo) que apoiam a Comissão Europeia na formulação de suas políticas e ações no campo do desenvolvimento regional. Em outubro, foi lançada em Bruxelas a Agenda de Cooperação UE-Brasil em Políticas Regionais 2009-2011, no *Open Days* 2008. E, em dezembro, foi realizado em Brasília o “Congresso Internacional sobre Gestão de Políticas Regionais no Mercosul e na União Europeia”, que culminou com a definição do Plano de Trabalho 2009 da Cooperação BR/UE em Políticas Regionais, o qual tem como eixos prioritários: 1. capacitação; 2. projeto piloto com a Guiana Francesa sobre gestão regional; 3. intercâmbio entre territórios.

De acordo com Amparo (2010), a Agenda de Cooperação EU-Brasil tem como campos de interesse prioritário:

- I. intercâmbio de experiências e práticas no campo de políticas regionais; e
- II. ações de suporte técnico ao fortalecimento da capacidade institucional e de práticas de avaliação e acompanhamento de planos e programas de desenvolvimento regional.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2009, foram destacadas: a participação de delegações brasileiras na “Conferência sobre Governança Regional em um Contexto Global” (Bruxelas, maio de 2009) e no *Open Days* 2009, com evento dedicado exclusivamente à cooperação mantida com o Brasil (“Painel de Alto Nível sobre Cooperação em Política Regional”); o intercâmbio de representantes de cinco mesorregiões brasileiras a cinco regiões congêneres europeias (setembro de 2009); e a realização de três oficinas de capacitação Brasil-União Europeia.

Em 2010, foi realizado o Seminário Internacional na II Mostra de Política Nacional Brasileira em Desenvolvimento Regional, em Florianópolis, e uma visita técnica a Arranjos Produtivos Locais europeus (ação em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC), respectivamente, nos meses de março e maio. Planejados estão ainda um Seminário Internacional (junho, 2010), uma Oficina de Avaliação da Cooperação Brasil/UE em Política Regional (julho, 2010) e a participação de delegação brasileira no *Open Days* 2010.

A cooperação é flexível e suas perspectivas para 2011 englobam:

informação, monitoramento e avaliação da política regional; intercâmbio entre territórios prioritários; capacitação em desenvolvimento regional; apoio técnico a projetos e boas práticas; apoio a projetos de fronteira (Amapá-Guiana Francesa).

O palestrante ressaltou a aproximação que vem ocorrendo entre o TCU e a DGRegio, na discussão de indicadores.

Capital social e dinamização de redes político-institucionais

Apresentador: Luiz André Soares

Instituição parceira: Instituto Souza Cruz (ISC)

O palestrante informou que o Instituto Souza Cruz trabalha com desenvolvimento institucional e resumiu o que foi realizado pelo PCT “Formação Integral de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Região Sul do Brasil”, desde o início de sua implementação, em julho de 2006 (SOARES, 2010), da seguinte forma:

- Implantação de Gerência-Executiva no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor), situado no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul
- Formação de jovens rurais orientada para o enfoque territorial
- Transformação dos núcleos operacionais em efetivas agências de Desenvolvimento Sustentável do Território Rural (DSTR)
- Ações com atratividade juvenil que ampliem possibilidades de sucesso nas iniciativas socioeconômicas

- Implantação de fóruns, seminários, instâncias de mobilização e ação em DSTR
- Articulação e dinamização das redes de relação político-institucional: **Indicadores de desempenho:** *núcleos inseridos em redes e iniciativas locais de integração de políticas públicas para a educação e o desenvolvimento sustentável em diferentes níveis (Meios de verificação: acordos ou contratos celebrados).*

O PCT é, segundo o palestrante, peça-chave na composição institucional e operacional que dá suporte ao Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR), que se iniciou em 2001. Está articulado para romper o círculo vicioso entre a hostilidade do meio, a escassez de oportunidades e a precariedade dos talentos para explorá-las, em um ambiente educacional que fortalece o êxodo rural de jovens, a partir dos 15 anos de idade. Assim, ao mesmo tempo em que investe em educação contextualizada e integral,

o PEJR procura criar circunstâncias favoráveis ao ato de empreender, passando de educação para educação associada a desenvolvimento sustentável do território.

O capital social é visto pelo Cedejor como um ativo e a rede é a espinha dorsal no trabalho desenvolvido,

com foco na busca de identidade convergente. Essas redes atingem, atualmente, 82 parceiros nacionais e locais, entre organizações do poder público (52%), organizações sociais (26%), universidades e centros de pesquisa (10%), instituições de fomento e cooperação (7%), ressaltando-se

que houve um acréscimo de 57 novos aliados no período de execução do PCT. A Figura 2, a seguir, exemplifica a integração das redes às ações.

O Instituto Souza Cruz (ISC) propõe-se a levar o PEJR a outros territórios rurais (Semiárido), após a revisão do Programa pela Universidade de Viçosa.

EXEMPLOS DE INTEGRAÇÃO DAS REDES ÀS AÇÕES

REDE JOVEM RURAL

- Aliança estratégica nacional com organizações congêneres, realizando iniciativas para juventude rural brasileira (Jornada, Intercâmbio, Vivência, CJR Fórum DRS)

Encontros, Seminários e Fóruns de Juventude

- Eventos de fortalecimento da causa juvenil nos territórios, estimulando a participação do poder público e aproximando a sociedade civil da formulação de políticas em temas diversificados

Parceiros territoriais: poder público, entidades sociais, órgãos de ATER, representantes de projetos etc.

Projeto Janelas da Terra

- Mobilização participativa que tomou possível o acesso à Internet em escolas, sindicatos rurais, unidades de inclusão digital (a próprio núcleo VRP) e em 70% dos lares da região.

Adesca; Agroalba; Apropara; STR Rio Pardo; Comdica Rio Pardo; Prefeitura Municipal de Rio Pardo.

Projeto Juventude Rural em Movimento

- Formação de jovens egressos do PEJR que atuam como agentes territoriais e articulam projetos juvenis em agricultura orgânica, apicultura, artesanato, bovinocultura de leite.

Projeto Gestão, Trabalho e Renda

- Fortalecimento das atividades produtivas de 60 jovens em formação no PEJR, através da assistência de universitários bolsistas e da realização de feiras (comercialização e distribuição de produtos).

Projeto Soberania Alimentar

- Capacitação de 45 famílias acerca de aproveitamento integral de alimentos, diversidade de alimentos, unidades experimentais de demonstração, com produção da cartilha "Soberania Alimentar na Agricultura Familiar".

Figura 2 – Integração das redes às ações do Cedejor.

Fonte: SOARES, 2010, slide 8.

Debates no Painel 2

O representante do MI foi solicitado a ressaltar as lições aprendidas do projeto de cooperação com a União Europeia. Enfatizou que o aprendizado institucional é válido, especialmente porque essa experiência internacional é pioneira, no MI, inclusive no campo da negociação. Induz a maiores cuidados e aprimoramento. Como resultados objetivos apontou: cursos de capacitação e intercâmbio com territórios (caso do Amapá). Espera-se resultado mais concreto do trabalho com o TCU.

O coordenador do painel complementou as informações sobre o intercâmbio com a UE, ressaltando os resultados referentes a gemalogia. A delegação que visitou a Itália contou com produtores da mesorregião Bico do Papagaio, no Pará. Isso gerou interesse do governo daquele estado em realizar cooperação com o centro de gemalogia de Vicenza, com o objetivo de capacitar produtores locais. Também gerou intercâmbio em *design* (curso *online*).

O representante do ISC foi questionado a respeito do significado dos termos “anuente” e “beneficiário”, que utilizou em sua palestra. Explicou que “anuenta” é uma terceira

organização participante em um projeto, diferente, portanto, de “beneficiário”. Essa denominação foi criada para atender à necessidade de comprometimento de parceiros com identidades convergentes, rumo a uma agenda comum de trabalho.

Outro questionamento foi a respeito da experiência do ISC no intercâmbio com outros países, tendo sido informado que o Instituto atua exclusivamente em território nacional, por exigência de seu Estatuto. Todavia, isso não impede que realize intercâmbio, embora não se tenha envolvido em projetos com parceiros internacionais, até o momento.

PAINEL 3

Coordenador: Marco Ortega, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Capacitação e formação de gestores e educadores ambientais no âmbito da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, visando ao desenvolvimento rural sustentável: PCT MMA/IICA

Apresentadora: Renata Rosendo Maranhão

Instituição parceira: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

O PCT “Capacitar e Formar Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais, visando ao Desenvolvimento Rural Sustentável” foi iniciado em outubro de 2009 e, portanto, ainda não tem resultados a apresentar. Surgiu por demanda de movimentos sociais, no contexto do Grito da Terra, uma mobilização promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Trata-se de uma proposta de educação não formal, em consonância com a responsabilidade do Departamento de Educação Ambiental (DEA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de coordenar a execução da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).

De acordo com Maranhão (2010), o projeto tem por objetivo:

1. Planejar os processos formativos para educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos no contexto rural.
2. Realizar a capacitação e a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos no contexto rural.

As ações estratégicas para consecução desses dois objetivos são:

- Projeto Telecentros, que prevê a instalação de 468 telecentros em áreas de vulnerabilidade social e se insere em um projeto do MPOG que abrange a implementação de mais de 8 mil telecentros no país. Trabalha-se com o conceito de “espaços educadores”, em articulação com outros ministérios e organizações não governamentais.

- Programa Nacional de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, que está sendo desenhado como um componente do Programa Mais Ambiente.
- Nas Ondas do São Francisco, que prevê a criação de uma rede de ação socioambiental,

com realização de oficinas de formação, promoção de uma campanha educacional, parcerias com rádios comerciais, públicas e comunitárias; sociedade civil e governos.

Produção agropecuária integrada e sustentável

Apresentador: Jorge Alfredo Streit, Diretor-Executivo de Desenvolvimento Social

Instituição parceira: Fundação Banco do Brasil (FBB)

Neste PCT, a FBB é intermediadora em um convênio entre o IICA e o Banco do Brasil, havendo perspectiva de um novo convênio envolvendo também o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A FBB deixou de atuar no formato “balcão” em 2003, quando passou a focar o seu trabalho em tecnologia social, na busca de uma integração da educação com trabalho e renda, como ilustra a Figura 3, a seguir.

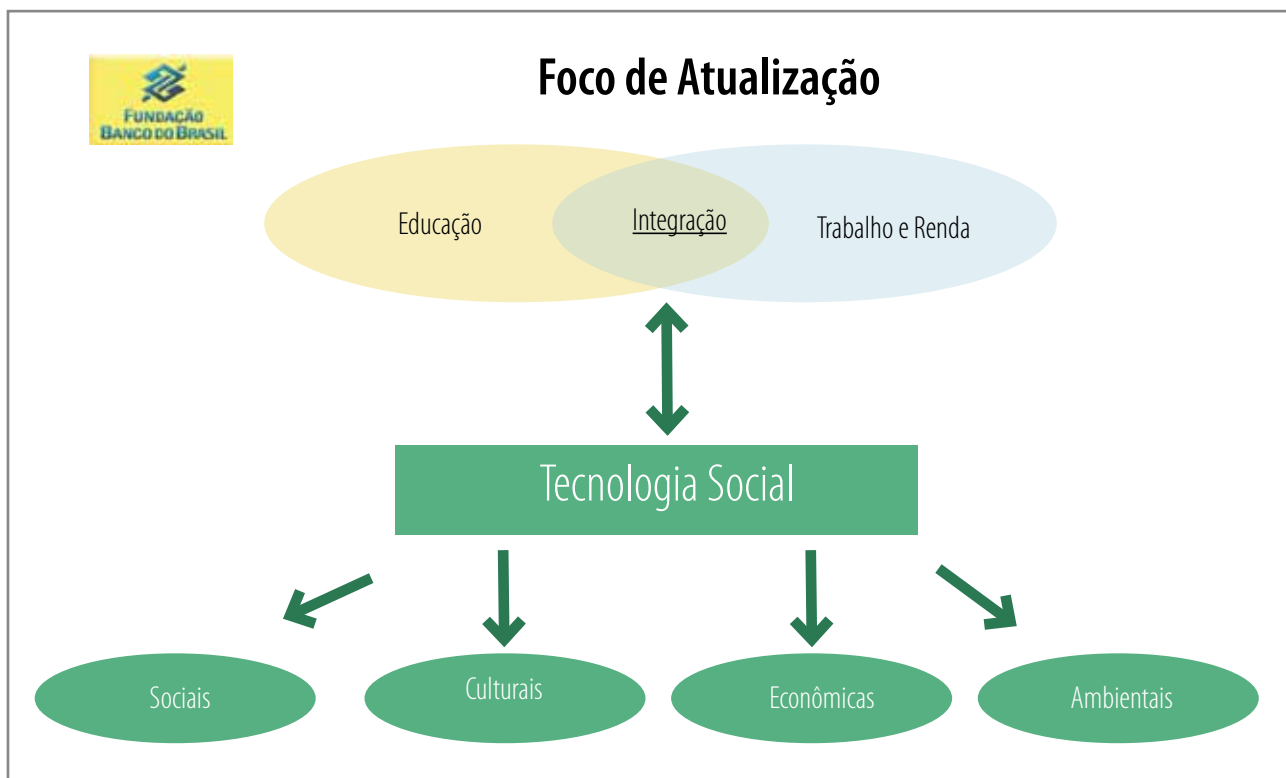


Figura 3 - Foco de atuação da Fundação Banco do Brasil
 Fonte: STREIT, 2010, slide 4.

Atualmente são desenvolvidos quatro programas na área de Educação (AABB Comunidade, BB Educar, Estação Digital e Projeto Memória) e três programas em Trabalho e Renda (Desenvolvimento Territorial Sustentável, Cadeias Produtivas e Reaplicação de Tecnologias Sociais). O BB Educar é focado na alfabetização do público dos programas da área de Trabalho e Renda, e o programa de inclusão digital disponibiliza 300 pontos em todo o país.

A Tecnologia Social é reaplicada pela FBB em parceria com diversos atores da Rede de Tecnologias Sociais (RTS), como o Sebrae, a Petrobrás, o MCT, o MI e governos estaduais. Essa rede já completou 4 anos de trabalho na certificação e difusão de tecnologias sociais. O banco de tecnologias sociais é trilingue.

As Tecnologias Sociais compreendem produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas em interação com

a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social, especialmente no que se refere a: alimentação, educação, saúde, habitação, geração de renda, recursos hídricos, meio ambiente e energia (STREIT, 2010).

O projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) vem gerando os seguintes benefícios:

- Alimentação diversificada e saudável
- Geração de renda
- Economia de recursos
- Respeito ao meio ambiente
- Fomento ao cooperativismo/ associativismo
- Manutenção das famílias no campo
- Baixo investimento
- Possibilidade de financiamento por meio do Pronaf investimento.

O PAIS atua na lógica da agroecologia e investe em cultura associativa, empreendedorismo e comercialização (mercados locais). Retrabalha a mandala, substituindo o tanque de peixe por criação de frango. Disponibiliza assistência técnica em que cada equipe cuida de 20-30 unidades de produção.

Até dezembro de 2009, o PAIS havia implantado/estava implantando 5.727 unidades em 251 municípios de 19 unidades da federação, com destaque para Pernambuco, como mostra a Figura 4. Os parceiros da FBB na rede RTS são em número de 34.

Números de unidades PAIS previstas por UF

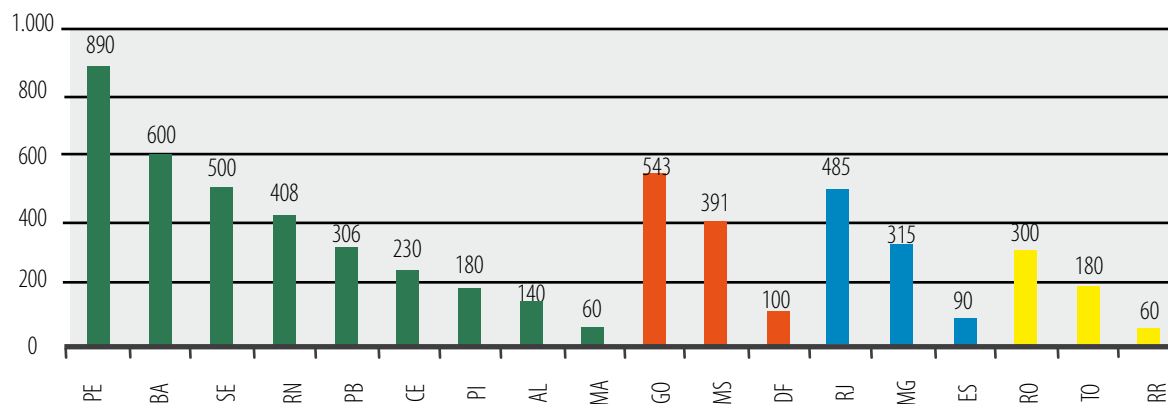


FIGURA 4 – Distribuição das unidades PAIS/FBB nas unidades da federação, dezembro de 2009.

Fonte: STREIT, 2010, slide 20.

Mapeamento de competências humanas e corporativas

Apresentadora: Vera Lúcia Ribeiro de Barros

Instituição parceira: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

O Projeto de Mapeamento de Competências constitui uma das ações do Programa de Gestão Estratégica que está sendo implantado pela Secis/MCT. Produziu e validou um Caderno de Competências para orientar a autoavaliação por parte de cada colaborador, que visualiza o nível obtido e o recomendado para a sua função e subsidia a área de Recursos Humanos no desenho de programas de capacitação que atendam às reais necessidades dos colaboradores. As categorias de cargo geradas são apenas duas: Analista de C&T e

Assistente Técnico de C&T. O processo é de discussão da descrição das competências e atribuição de nota.

O mapeamento das competências humanas e corporativas pode trazer benefícios tanto para o colaborador quanto para o órgão. Isso porque o colaborador passa a planejar o seu desenvolvimento, apoiado pelo gestor; desenvolve competências que agreguem valor profissional e reconhecimento, conta com o apoio da organização para o autodesenvolvimento e adquire um

melhor preparo para desenvolver suas funções atuais ou futuras.

À Secis, o mapeamento pode oferecer: alinhamento das competências corporativas com as humanas; visão de futuro traduzida em ações das pessoas; aproveitamento e reconhecimento dos talentos internos; e pessoas preparadas

para assumir posições futuras.

As fases do Projeto da Secis são apresentadas na Figura 5. Ao final do processo é feita uma correlação entre competências humanas e competências corporativas.



FIGURA 5 – Projeto de gestão por competências da Secis/MCT.
Fonte: BARROS, 2010, slide 10.

Debates no Painel 3

Discutiu-se a questão do ciclo de vida de um programa do tipo PAIS, da FBB. A adoção da agroecologia exige mudança cultural e a assistência técnica é muito importante, porque a solução é sistêmica. Assim, apesar da mandala adotar tecnologia (gotejamento) de maior durabilidade, o ciclo de vida de um projeto pode ser curto, em função de deficiência de insumos e falta de assistência técnica.

Outra questão discutida foram os critérios adotados no PAIS/FBB para inclusão de famílias, tendo sido esclarecido que o principal deles é o acesso à água, porque seria muito caro resolver esse tipo de problema. Os parceiros locais selecionam as comunidades com base nos critérios “acessibilidade da assistência técnica” e “facilidade de comercialização” e, então, é feito um *checklist* para cada comunidade selecionada. Sabe-se que o projeto começa a perder fôlego quando é retirada a assistência técnica da FBB, que tem prazo de 18 meses.

Solicitou-se esclarecimento a respeito do financiamento do *kit* fornecido pelo PAIS/FBB, que é normalmente a fundo perdido. Como

exceção, existe uma experiência no Mato Grosso do Sul (denominada Balde Cheio) em que uma parte do *kit* é reembolsável, financiada pelo Pronaf. Essa experiência está sendo analisada com vistas na sua replicação no país.

Foi esclarecido que a composição dos produtos cultivados na mandala pode ser adaptada à cultura de consumo e comercialização local.

A representante da Secis/MCT foi indagada a respeito da lição aprendida com o mapeamento de competências e explicou que a experiência exigiu adaptação, porque havia um grande número de colaboradores terceirizados. Todavia, isso é indiferente para o processo interno, porque as competências corporativas são permanentes. Com o Caderno de Competências, os novos colaboradores têm a informação necessária para desenhar o seu perfil de desempenho, quando ingressam no órgão.

Comentou-se, ao final dos debates, que o espaço da Reunião é importante para que o Governo conheça o que ele mesmo está realizando, e que seria interessante fazer um PCT de integração de políticas públicas.

PAINEL 4

Coordenador: Aureliano da Costa Matos, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Diagnóstico das reais necessidades de comunicação integrada no combate a ilícitos ambientais

Apresentadores: Luciano de Meneses Evaristo e Luís Mauro Santos da Silva

Instituição parceira: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Diretoria de Proteção Ambiental

O PCT visa implantar uma estrutura de telecomunicações capaz de agilizar o processo de fiscalização, apreensão e multas, e dar suporte imediato às equipes de fiscalização, em qualquer lugar do Brasil (SILVA, 2010). O Projeto está inserido em um plano de governo e deve propiciar um salto de eficiência e qualidade.

De acordo com o Diretor de Proteção Ambiental do Ibama Luciano de Meneses Evaristo, embora a fiscalização tenha progressos a comemorar nos últimos 10 anos, no tocante a tecnologia e obtenção de resultados, existe um gargalo na área da comunicação, dado que o telefone celular tem cobertura limitada à área urbana. Isso gera dificuldades em áreas de risco, porque os veículos não se comunicam entre si. É importante para qualquer órgão garantir a segurança de quem está no campo.

O consultor Luís Mauro Santos da Silva esclareceu como o Ibama opera e como pretende operar no campo, com a aplicação das tecnologias de comunicações disponíveis (Figura 6), após perceber que não adianta ter pessoal sem disponibilizar infraestrutura. Assim, a intenção é de melhorar as condições de trabalho do fiscal, no campo, e agilizar a gestão, em acompanhamento realizado a partir de Brasília.

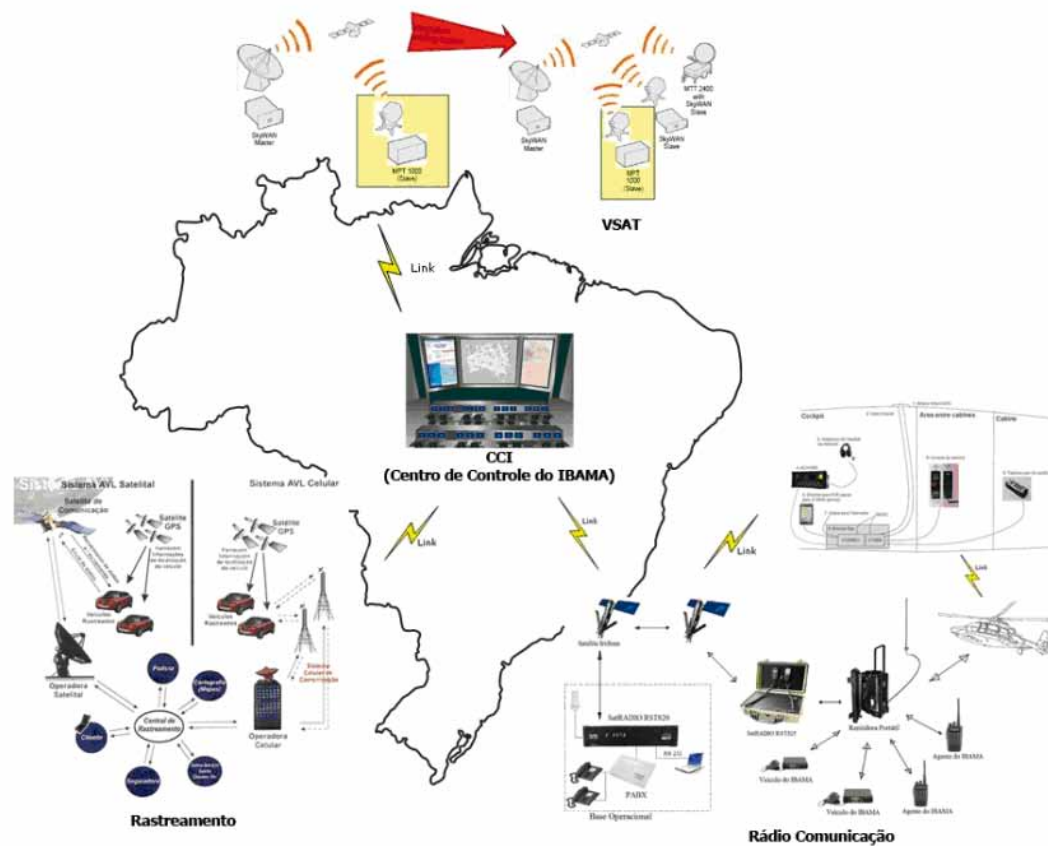


Figura 6 – Meios de comunicação no trabalho de fiscalização do Ibama.

Fonte: SILVA, 2010, slide 5.

Arranjos Produtivos Locais – Superação de gargalos tecnológicos em projetos apoiados pela Secis

Apresentadora: Aimée Novo Faria

Instituição parceira: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

O PCT foi executado em 2008 (12 meses) com o objetivo de desenvolver mecanismos para superação de gargalos tecnológicos específicos em Arranjos Produtivos Locais apoiados pela Secis. O universo estudado foram os projetos apoiados pela Secis no período 2005-2007, nas cinco macrorregiões brasileiras, dos quais 58,34% se concentram na área de “Agricultura, Pecuária, Agropecuária, Agroextrativismo e Agroindústria”.

O trabalho da Secis na área de desenvolvimento social, por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação, estrutura-se na forma de programas de promoção da cidadania e qualidade de vida nas zonas urbana e rural, que contemplam: Inclusão Digital; Comunidades Tradicionais; e Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social. Neste último Programa insere-se a ação “Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais”, que é objeto do PCT, cabendo ressaltar que, no Brasil, a questão do APL é concentrada

no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O foco do estudo foi a identificação dos pontos de estrangulamento tecnológicos que favorecem o processo de exclusão produtiva e social no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais apoiados pela Secis e a apresentação de propostas para mitigar, minimizar ou erradicar os gargalos tecnológicos identificados. Trabalhou-se com o conceito de APL Emergente, em apoio ao surgimento de novos arranjos. As propostas resultantes do PCT estão sendo implementadas pelo Departamento de Ações Regionais, na medida da disponibilidade de recursos.

De acordo com Faria (2010, *slide 30*), o estudo concluiu que:

- Há predominância dos projetos classificados como agrupamentos produtivos, que ainda não configuram um Arranjo Produtivo Local, mas têm potencial para tanto e, por conseguinte, carecem de apoio para iniciar um processo

de adoção de tecnologias e de organização que os conduza a um patamar de produção e gestão do empreendimento que lhes permita cumprir a sua finalidade social e econômica em nível local, contribuindo para o crescimento sustentável das populações em seu contexto, gerando emprego e renda, fixando o homem em suas localidades de origem e promovendo a inclusão social e qualidade de vida com estímulo à cidadania.

- As áreas de Agricultura, Pecuária, Agropecuária, Agroextrativismo e Agroindústria apresentaram maior demanda por projetos (mais de 50% da amostra pesquisada) e, por essa razão, devem merecer uma atenção especial por parte da Secis e, conseqüentemente, maior preparo do órgão para atendê-las.

Os gargalos identificados pelo estudo (FARIA, 2010, *slide 20*) são resumidos a seguir:

PRINCIPAIS GARGALOS	CARACTERÍSTICAS DO CONTEXTO	
	FORÇAS PROPULSORAS	FORÇAS RESTRITIVAS
Necessidade de inovação	Sendo um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Secis tem potencial para <i>articulação com as mais diversas instituições</i> , para a identificação de tecnologias apropriadas para atender ao seu público-alvo e elevar o padrão dos projetos apresentados, com ideias inovadoras e geradoras de renda para o desenvolvimento local.	Carência de pessoal do quadro, de onde se pudessem destacar técnicos para o desenvolvimento exclusivo dessas articulações e de todas as atividades requeridas pela ação.
Natureza imprópria das demandas por novas tecnologias	Sendo um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Secis tem potencial para <i>articulação com as mais diversas instituições</i> , para a identificação de tecnologias apropriadas para atender ao seu público-alvo.	Necessidade de expansão do quadro de pessoal, de onde se pudessem destacar técnicos para o desenvolvimento exclusivo dessas articulações e de todas as atividades requeridas pela ação. Veículos de comunicação restritos ou inexistentes para orientar os proponentes na indicação de projetos.
Falhas na adoção das tecnologias	A Secis tem a prerrogativa de condicionar como item de projeto a existência de assistência técnica pública (mediante a apresentação formal de compromisso pelo proponente) ou privada (pela indicação de técnico especializado) aos projetos.	Deficiência no acompanhamento do desenvolvimento de projetos e inexistência de acompanhamento posterior à vigência dos Convênios e outras formas de contrato.
Articulação com parcerias	A Secis detém uma posição confortável quanto ao desenvolvimento de parcerias, em razão de integrar o GTP APL.	Ausência de desenvolvimento de proposta, pela Secis, no sentido de articulação para estabelecimento de parcerias ou a divulgação de sua existência junto ao público-alvo para os projetos. O que se verifica atualmente são os proponentes assumindo esse papel de busca por apoio.
Interação com as Secretarias de Ciência e Tecnologia	Existe uma predisposição para o trabalho participativo como fator de apoio em níveis regionais e locais.	Carência de pessoal para o desenvolvimento dessa ação e ausência de recursos para a finalidade.
Mau dimensionamento dos projetos	Potencial para desenvolver parcerias para ofertar treinamentos nas áreas de interesse que possam auxiliar no desenvolvimento de propostas compatíveis com as demandas reais e cronogramas exequíveis.	Demanda de tempo e recursos humanos e financeiros para concretizar o apoio.
Falta de informação dos proponentes quanto a prazos, tecnologias adequadas, procedimentos e os demais itens acima listados.	Existência de <i>site</i> que pode ser aperfeiçoado para atendimento das necessidades listadas.	Recursos humanos e financeiros para a finalidade de aperfeiçoamento da mídia atual.

A palestrante destacou que o PCT propiciou correções na atuação da própria Secis, que levaram à agilização da análise de projetos.

Ao final da apresentação, o coordenador do painel aventou

a possibilidade de o banco de tecnologias da Fundação Banco do Brasil (FBB) vir a contribuir para a solução dos gargalos identificados nos projetos apoiados pela Secis.

Consolidação dos instrumentos legais e operacionais do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (FERHBA)

Apresentador: Elias de Paula de Araújo

Instituição parceira: Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ/BA)

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (FERHBA), de natureza contábil-financeira, foi criado em 2002 (Lei Estadual nº 8.194/2002), mas só veio a ser regulamentado em 2007 (Decreto nº 10.449/2007). Tem por objetivo dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas.

O IICA vem apoiando a implementação do FERHBA por meio da contratação de consultoria no âmbito do PCT BRA/04/003 “Consolidação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia – PGRH/BA”, que é desenvolvido em parceria com o INGÁ/BA. A consultoria prevê

como produtos: a) informações sistematizadas sobre políticas públicas e instrumentos referentes aos marcos legais e congêneres da experiência nacional e internacional e instrumentos regimentais para o funcionamento do fundo (minuta de regimento); b) identificação de fontes de recursos financeiros (origem, formas e normas de acesso, aplicação e alocação) para a constituição e manutenção do fundo; c) minuta de Guia de Procedimentos contendo instrumentos normativos e operacionais adequados à gestão e operação do fundo; d) minuta da estratégia de sustentabilidade do fundo, considerando os aspectos orçamentários e financeiros, de gestão e operação, e político-institucionais (ARAÚJO, 2010).

O palestrante apontou os seguintes desafios para a operação do FERHBA, decorrentes do seu marco legal:

- Da Natureza Jurídica:

- 1) A natureza jurídica “contábil-financeira”, ou seja, de mera conta gráfica do Orçamento Estadual, é incompatível com ao menos parte dos recursos com que se pretende constituir e operar o Fundo, especialmente aqueles provenientes de “rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir, como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio”, previstos no decreto de regulamentação, que configurariam o FERHBA como um fundo patrimonial.
- 2) A transferência, a crédito do FERHBA, para o exercício seguinte, **do saldo positivo apurado em balanço** do exercício financeiro anterior (Decreto nº 10.449/2007, art. 15) também é incompatível com sua natureza contábil-financeira.

- Da Gestão e Operação:

- 1) A gestão e operação do FERHBA, pela própria composição do SEGREH, é complexa, por envolver vários órgãos e instâncias (SEMA, INGÁS, Consad/

Ferba, CONERH, Comitês de Bacia).

- 2) A administração contábil do FERHBA, como mera conta gráfica do Orçamento Estadual, a cargo da Diretoria-Geral da SEMA (Decreto nº 10.449/2007, art. 13), fragmenta a sua gestão, dividindo-a com as atribuições de sua Secretaria Executiva, a cargo do INGÁ, e torna imprecisa a formação de sua equipe técnica e administrativa, bem como de suas diversas funções e a definição de seus procedimentos operacionais, a constarem do Regimento Interno.
- 3) Não está claro qual a instância de deliberação dos instrumentos de seleção de projetos, nem de aprovação destes e menos ainda como o CONERH poderá “exercer o controle social e financeiro sobre o uso dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia” (Lei Estadual nº 10.432/2006, art. 31, XVII). Será feito por meio de seu representante no Conselho de Administração do FERHBA? De Seção Plenária do CONERH ou de Câmara Técnica? E onde representar eventuais doadores e parceiros, internos e externos ao

governo, que queiram executar recursos via FERHBA? Como investir sem participar?

- 4) Quem fará o acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados pelo FERHBA? O INGÁ ou a Diretoria-Geral da SEMA? Ou as unidades de ambos? Nesse caso, sendo o arranjo técnico-contábil e operacional difuso, como se dará a reunião das responsabilidades sobre a análise física e financeira dos projetos? Isso não prejudicará o mérito e a agilidade de ambas?
- 5) Quais são as experiências de agências ou fundações públicas, serviço social autônomo, ou OS, existentes no Estado da Bahia, que permitam a autonomia administrativa, orçamentária e financeira, sem perda do papel orientador, regulador e coordenador das políticas públicas?
- 6) O tema Educação Ambiental não aparece entre os temas de aplicação dos recursos do FERHBA (Decreto nº 10.449/2007, art. 4º), não obstante a transversalidade dessa política, de âmbito nacional e com regulamentação própria.

Os resultados obtidos com a consultoria foram:

- O FERHBA tornou-se o primeiro fundo de recursos hídricos a ser definido como um dos instrumentos da Política Estadual de Meio Ambiente (Lei Estadual nº 11.612-BA, de 8 de outubro de 2009).
- O FERHBA tornou-se o primeiro fundo público de natureza jurídica patrimonial.
- A educação ambiental foi incluída entre os temas de fomento do FERHBA.
- O FERHBA dispõe de fontes identificadas, manual de procedimentos operacionais, e um projeto de sustentabilidade.

De acordo com Araújo (2010), permanecem os seguintes desafios ao SEGREH-BAHIA:

- 1) O Conselho de Administração do FERHBA, presidido e composto por órgãos da SEMA, reduz o órgão gestor dos recursos hídricos (INGÁ) ao papel de Secretaria Executiva, o que dificulta a gestão e operacionalização do fundo.
- 2) A principal fonte de recursos do FERHBA, a Contribuição Financeira pelo Uso dos Recursos

Hídricos (CFURH), carece de ajustes na sua distribuição no Estado, em norma própria. Atualmente, é de apenas 11%.

- 3) O Fundo ainda precisa testar seus instrumentos de gestão e operação.
- 4) Vencer a cultura do fomento disperso, esporádico, sem escala e superposto.

O palestrante apontou ainda dois desafios, no âmbito normativo nacional: a Reforma Tributária com ênfase na sustentabilidade, disponibilizando instrumentos que incentivem a conservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais; e a regulamentação das “*commodities* ambientais”.

Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada

Apresentador: Ramon Flávio Rodrigues

Instituição parceira: Ministério da Integração Nacional (MI)

O Fórum é um dos produtos do PCT BRA/IICA/08/002 – Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis, iniciado em 2008 e com término previsto para 2011, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento e a expansão da agricultura irrigada no Brasil.

Criado pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, por meio da Portaria Ministerial nº 1.869, de 5 de dezembro de 2008, o Fórum teve seu lançamento oficial no Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Brasília, entre 19 e 21 de maio de 2009. A Diretoria e os membros do Colegiado foram empossados pelo ministro em 18 de agosto de 2009 e, no dia seguinte, foi aprovado o Regimento Interno. A primeira reunião extraordinária ocorreu em 25 de novembro de 2009.

Presidido pelo Ministério da Integração Nacional, tendo a Secretaria de Infraestrutura Hídrica como sua Secretaria Executiva, o Fórum conta

com a participação de grande número de órgãos públicos federais e estaduais e organizações da sociedade civil.

O Fórum foi concebido como uma instância de intercâmbio, articulação e difusão de conhecimentos, experiências e de cooperação para alcançar novas soluções para o setor, constituído por uma rede de instituições brasileiras, articulada estreita e funcionalmente com instâncias similares de diversos países.

As estatísticas de acesso ao Fórum Virtual da Agricultura Irrigada evidenciam um crescimento expressivo do número de visitantes desde a implantação do portal, em março de 2009. Entre os visitantes, 9% são representados por estrangeiros (Figura 7).

De acordo com o palestrante (RODRIGUES, 2010, *slide 5*), além de conceber e implantar o Fórum Permanente de Agricultura Irrigada, o PCT realizou também as seguintes ações:

- Seminário Nacional de Agricultura Irrigada (maio de 2009)

- Estudos da Barragem da Pedra (Projeto de Irrigação para os municípios de Jequié e Maracás) – fases I (pré-viabilidade) e II (projeto executivo)
- Elaboração do Cadastro Nacional de Irrigantes Públicos
- Programa Nacional de Pesquisa em AI (consultor contratado)
- Programa Nacional de ATER em AI (consultor contratado)
- Programa Nacional de Capacitação em AI (dois consultores contratados)
- Plano Diretor de AI do Estado de Minas Gerais (processo de licitação em andamento).

Visitantes em cada Mês

Visitantes em cada Mês | Visitantes em cada Ano



Mês	Total de Visitantes	Visitantes por Dia	Visitantes Únicos	Razão dos Visitantes Único	Páginas	Hits	LB
Março 2009	31	1,0	15	48%	242	5.034	10,3M
Abril 2009	29	1,0	18	62%	170	3.492	7,4M
Mai 2009	98	3,2	44	45%	437	10.113	24,6M
Junho 2009	99	3,3	73	74%	320	6.653	20,1M
Julho 2009	40	1,3	33	83%	210	2.108	28,3M
Agosto 2009	302	9,7	197	65%	1.048	16.401	87,9M
Setembro 2009	355	11,8	273	77%	1.045	15.870	118,6M
Outubro 2009	348	11,2	189	54%	3.118	25.881	218,2M
Novembro 2009	506	16,9	290	57%	4.281	33.904	357,5M
Dezembro 2009	467	15,1	304	65%	2.566	13.209	214,8M
Janeiro 2010	345	11,1	256	74%	1.362	5.843	147,0M
Fevereiro 2010	357	12,8	268	75%	1.326	5.283	133,3M
Março 2010	666	21,5	497	75%	2.324	10.451	207,4M
Abril 2010	687	25,4	490	71%	2.526	12.042	279,5M
Total	4.330		2.947		20.955	166.284	1,8G

Figura 7 – Visitantes mensais no Fórum Virtual da Agricultura Irrigada, março 2009/abril 2010.

Fonte: RODRIGUES, 2010, slide 24.

Debates no Painel 4

O espaço de debates foi utilizado para esclarecimento de dúvidas relacionadas com o uso de recursos que o Ibama arrecada com multas, a obrigatoriedade de que projetos de irrigação só possam ser implantados em área pública e as características de um fundo patrimonial.

Esclareceu-se, primeiramente, que os recursos provenientes de multas vão para o caixa único do governo federal e o Ibama não tem ingerência sobre eles. O órgão busca recursos, até mesmo internacionais, para se reaparelhar.

Quanto à irrigação em área privada, o representante do Ministério da Integração Nacional informou que o governo não busca um modelo de irrigação só para o sistema público e que trabalha na perspectiva de construir um modelo privado para o sistema público. O MPOG fez um diagnóstico dos problemas da agricultura irrigada que mostra também a situação do irrigante privado, que é quem irriga no país. Realmente, ao interpretar a legislação atual, o Tribunal de Contas da União (TCU) entende que há necessidade de desapropriação para que se possa implantar um projeto de irrigação. Outro problema é que a legislação de recursos hídricos não

admite a outorga para captação a fio d'água; há que se fazer reservação.

O consultor do INGÁ/BA afirmou que, no marco legal, o que diferencia o fundo patrimonial é que os recursos do orçamento são apropriados e aplicados. Existem no Brasil 59 fundos estaduais (de meio ambiente e de recursos hídricos) e cerca de 900 fundos municipais. Todavia, nem 10% deles estão implementados, porque o gestor vê o fundo como "saída" de recursos e também porque esses fundos não são patrimoniais.

PAINEL 5

Coordenador: **Christian Fischer**, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Projeto Territórios Digitais

Apresentador: Vinicius Pedron Macário

Instituição parceira: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (MDA/NEAD)

O palestrante informou, inicialmente, que o PCT Territórios Digitais tem três objetivos bastante ligados aos objetivos do próprio Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), que tem o seu trabalho voltado para o aperfeiçoamento das políticas públicas, por meio da promoção de estudos e intercâmbio científico, fortalecimento e qualificação da participação social e apoio à memória e disseminação da cultura popular.

O NEAD possuía um Grupo de Trabalho para Inclusão Digital desde 2000, com foco na expansão do acesso gratuito à internet por meio de telecentros. Na área rural, verificou-se uma série de dificuldades para garantir a sustentabilidade dos telecentros, tais como: prestação de assistência técnica, necessidade de garantir um monitor, capacitação em pacotes não atendendo às necessidades.

Um diagnóstico elaborado em 2008 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) dimensionava a exclusão digital em todo país e apontava que a melhor cobertura estava em Santa Catarina, com 13 mil habitantes por telecentro. Calculou-se, então, que seria necessário implantar 2.150 telecentros para que os demais estados pudessem atingir um nível semelhante de cobertura.

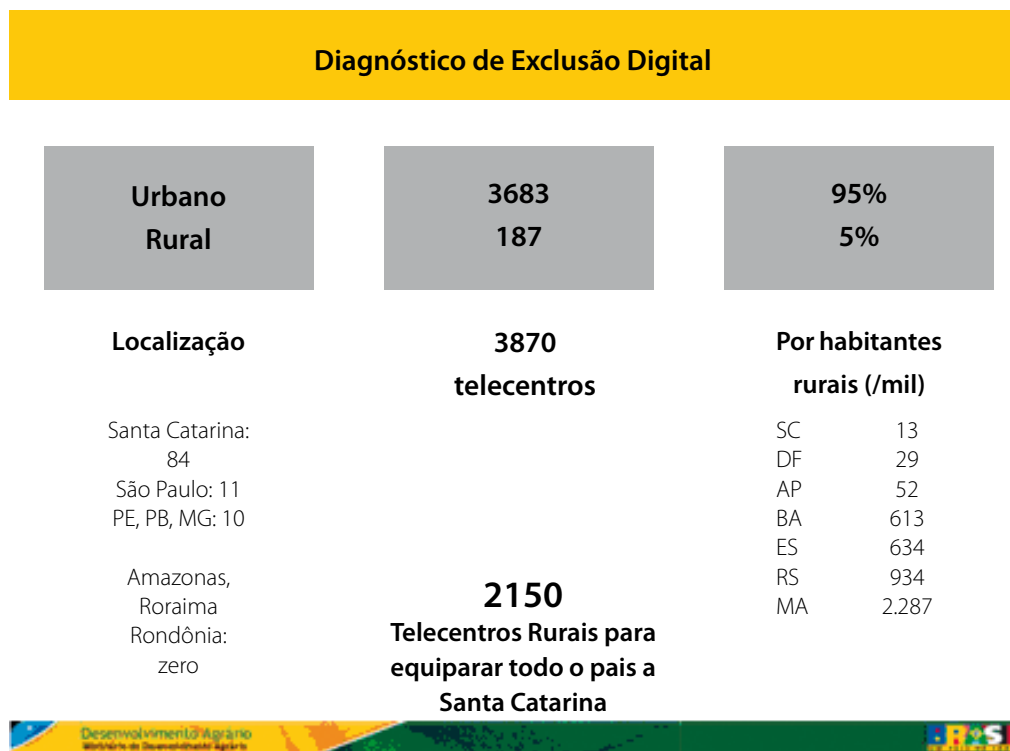


Figura 8 – Diagnóstico da exclusão digital (MPOG, 2008).

Fonte: MACÁRIO, 2010, slide 6.

Uma consultoria em Inclusão Digital, contratada em 2008 com o objetivo de subsidiar a implementação de um projeto piloto de inclusão digital, resultou no Programa Territórios Digitais, que começou a ser implementado em 2009 e apontou a necessidade de definição de uma política de inclusão digital. Essa consultoria abrangeu duas experiências: uma no Ceará (Educação) e outra no Rio Grande do Norte (Comercialização).

O Programa é implementado em parceria com o Ministério das Comunicações e une, estrategicamente, Telecentros e Territórios da Cidadania, dentro de uma visão que considera a ferramenta tecnológica como instrumento de desenvolvimento. Os princípios adotados são: *software* livre, diversidade e autogestão compartilhada, espaço comunitário e responsabilidade socioambiental.

A escolha do local de implantação dos telecentros (“Casas Digitais”) é feita pelos Colegiados dos Territórios da Cidadania e não há restrição de acesso a esse espaço comunitário.

A capacitação oferecida pelo Programa, de acordo com Macário (2010), abrangeu três eixos temáticos:

- Gestão: Formação de pessoas da comunidade
- Inclusão digital: Tecnologia para o crescimento profissional e pessoal

- Informática Educativa: Tecnologia educacional.

Foram realizados dois projetos piloto de Casa Digital, no Estado do Pará, com metodologia desenvolvida pela Universidade Federal do Pará: um no Território Marajó, na Comunidade Ribeirinha Ponta das Pedras, São Sebastião da Boa Vista; e outro no Território Sudoeste, em Eldorado dos Carajás, Projeto de Assentamento 17 de Abril. Trabalhou-se para encontrar solução para o fornecimento de energia elétrica.

Os resultados do Programa são: 80 Casas Digitais implantadas em 30 Territórios da Cidadania de 19 estados. Como experiências bem-sucedidas foram apontados o *blog* do Assentamento de Santana e uma fábrica de gelo em General Sampaio.

Informação e gestão tecnológica para a agricultura familiar

Apresentadores: Otavio Valentin Balsad, Antonio Carlos do Prado e Petula Ponciano Nascimento

Instituição parceira: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

O Chefe da Assessoria de Comunicação da Embrapa, Antonio Carlos do Prado, enalteceu a cooperação com o IICA e ressaltou os frutos da parceria que seriam apresentados pelos coordenadores do PCT, Otávio Valentin Balsad e Petula Ponciano Nascimento, logo a seguir.

Otávio Valentin Balsad esclareceu que o PCT se insere no Componente

3 – Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar, do Programa Agrofuturo, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os princípios norteadores da criação desses Núcleos Piloto (NAF) são: a territorialidade (MDA), a complementariedade e a participação. A cooperação com o IICA tem sido importante na gestão do componente,

porque o Programa Agrofuturo começou do zero, como projeto piloto.

De acordo com Petula Ponciano Nascimento, o PCT com o IICA foi estruturado a partir de um diagnóstico em que os gargalos identificados não poderiam ser resolvidos pela Embrapa, isoladamente. Isso levou a que se buscasse uma proposta para a qual convergissem diversas organizações: os núcleos piloto. Todavia, os termos do empréstimo feito no BID exigiam que, para a implantação de um núcleo, fosse assinado acordo com a Prefeitura. O apoio do IICA foi vital para se resolver esse impasse, como também para que as comunidades mudassem o olhar sobre o projeto, pois alegavam que já dispunham de muitos recursos.

Nascimento (2010, *slides 7 e 8*) esclareceu que o NAF foi proposto como um instrumento de convergência de várias organizações; interlocutor qualificado das organizações junto dos agricultores; espaço de aprendizagem para uma convivência construtiva entre técnicos de diferentes saberes e desses técnicos com os agricultores, possibilitando o resgate e a geração de conhecimentos que respeitem e compreendam a lógica e a dinâmica da agricultura familiar. Suas áreas específicas de atuação são: a) difusão

e promoção tecnológica; b) promoção de pesquisa e de gestão tecnológica; c) agência de informação; e d) gestão do agronegócio associativo inovativo.

Apresentou-se, de forma resumida, a situação dos três Núcleos Piloto, que se encontram em implantação nos seguintes Territórios:

- Território do Sisal – Bahia
Sede do Núcleo: Município de Valente
- Território da Grande Dourados – Mato Grosso do Sul
Sede do Núcleo: Município de Dourados
- Território do Nordeste Paraense – Pará
Sede do Núcleo: Município de Aurora do Pará.

Em Grande Dourados, por exemplo, o colegiado era incipiente e hoje se caminha para a criação de uma agência de desenvolvimento. No Pará, o território Nordeste Paraense é dividido em três, pelo governo estadual, o que complica o desenvolvimento do PCT. O prefeito de Aurora do Pará havia prometido facilidades, quando se predispôs a sediar o projeto, as quais todavia não ofereceu. Falta especialmente internet e é difícil vislumbrar a criação de uma agência no território.

Nascimento (2010, *slide 24*) apontou, como principais limitações/dificuldades para operar a política no nível local/territorial, as seguintes questões:

- Internas: tema novo; muitas demandas *vis-a-vis* a capacidade de atendimento
- Externas: diferencial de respostas de cada Comitê local; recursos dos parceiros (financeiros e humanos); diferenças de engajamento dos diferentes parceiros; articulação local das instituições federais; necessidade de fóruns mais executivos.

Apontou ainda, como desafio, a sustentabilidade pós-PCT. A ideia é de que cada território possa encontrar um arranjo que possibilite receber e usar recursos, uma vez que em grupo é mais fácil acessar políticas públicas.

Retomando a palavra, Otávio Valentin Balsad ressaltou que o PCT é um projeto em temas novos, tanto para a Embrapa quanto para seus parceiros. Apontou quatro pontos que considera positivos na parceria com o IICA:

- 1) Atuação integrada com instituições de relevo presentes no território, públicas, privadas e da sociedade civil.

- 2) Ganho de experiência para atuar em bases territoriais, o que remete à concertação de interesses.
- 3) O PCT leva a que se repense a trilogia Pesquisa, Inovação & Desenvolvimento (P, I & D) adotada pela Embrapa.

- 4) É importante o elo com uma agência de caráter executivo como o IICA.

Ao final da apresentação, o coordenador do painel mencionou a parceria tripartite em apoio ao Haiti.

Projeto Zoneamento Agroecológico do Cariri

Apresentadores: José Carlos Aziz Ary e Eduardo Flávio Rodrigues Martins

Instituição parceira: Banco do Nordeste (BNB)

O representante do BNB, José Carlos Aziz Ary, abriu a apresentação informando que o Zoneamento Agroecológico (ZAE) da Mesorregião do Sul Cearense (Cariri) foi realizado por iniciativa da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará e da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) e contou com o apoio técnico e financeiro do Banco do Nordeste do Brasil e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), por meio do PCT BRA/IICA/03/008 – Cooperação para o Fortalecimento e Capacidade Técnica, Institucional e Operacional do Banco do Nordeste. A ideia é de que a experiência seja replicada em outros territórios.

De acordo com o presidente da Funceme, Eduardo Martins (2010, *slide 5*), o Projeto foi realizado em duas etapas:

- 1) **Levantamento de solos na escala de 1:100.000**, em nível de reconhecimento de média intensidade, cujos resultados são apresentados na Tabela 3 e na Figura 9. Foi informado que esse levantamento só existe para o Estado de Pernambuco. É a espinha dorsal que possibilita outros estudos temáticos, como o impacto do assoreamento, por exemplo. Ressaltou-se que, no Nordeste, a formação de pedólogos encontra-se em extinção.

Tabela 3 – Resultados do levantamento de solos na Mesorregião do Sul Cearense

SOLOS	Símbolo Unidades	Qtde. de Unidades	Área Total (km ²)	% em relação à área total
LATOSSOLO AMARELO	LA	17	3374,95	22,47
LATOSSOLO ACINZENTADO	LAC	1	368,46	2,45
LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO	LVA	2	313,32	2,09
ARGISSOLO AMARELO	PA	3	55,91	0,37
ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO	PVA	19	1729,34	11,51
ARGISSOLO VERMELHO	PV	13	1604,01	10,68
NITOSSOLO VERMELHO	NV	3	503,95	3,36
LUVISSOLO CRÔMICO	TC	5	545,38	3,63
PLANOSSOLO NÁTRICO	SN	1	222,95	1,48
PLANOSSOLO HÁPLICO	SX	1	3,22	0,02
VERTISSOLO HÁPLICO	VX	5	584,58	3,89
NEOSSOLO FLÚVICO	RY	5	648,3	4,32
NEOSSOLO LITÓLICO	RL	43	4301,7	28,64
NEOSSOLO QUARTZARÊNICO	RQ	4	521,87	3,47
NEOSSOLO REGOLÍTICO	RR	2	70,72	0,47
Espelhos d'Água	-	-	42,12	0,28
Cidades	-	-	129,29	0,86
TOTAL		124	15020,00	100

Fonte: MARTINS, 2010, slide 17.

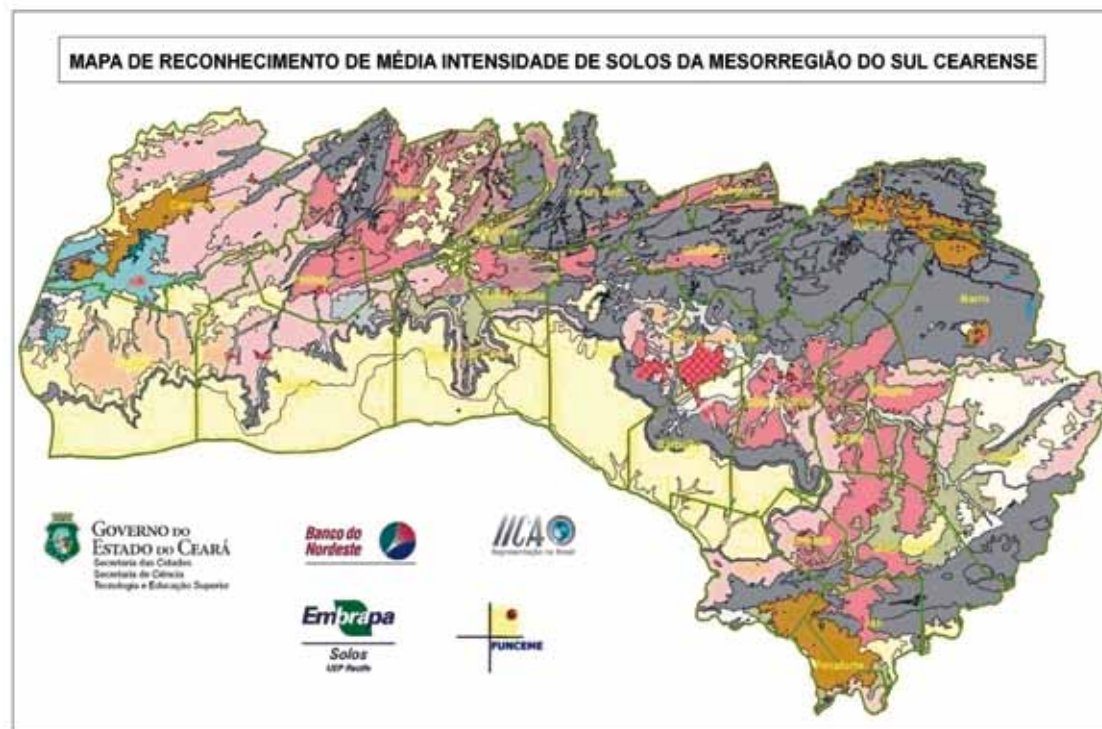


Figura 9 – Mapa de solos da Mesorregião do Sul Cearense – Escala 1:1.000.
Fonte: MARTINS, 2010, slide 24.

2) **Zoneamento Agroecológico**, em que será realizada a compartimentação das áreas homogêneas quanto aos aspectos físicos (solo, relevo, vegetação, geologia, geomorfologia etc.), agregando-se outras informações, como recursos hídricos, socioeconomia, potencialidades e limitações quanto ao uso agrícola das terras.

O ZAE identifica unidades ambientais e indica a capacidade suporte para atividades humanas, no caso, culturas agrícolas. Tem por objetivo orientar melhor as ações de planejamento governamental que resultarão na racionalização das aplicações dos investimentos na agropecuária.

As dificuldades apontadas na execução do PCT referem-se à

elaboração da legenda e à insuficiência de laboratórios no Ceará. Foi preciso solicitar apoio no Estado de Pernambuco.

Comentários do coordenador do painel, Christian Fischer

O coordenador do painel manifestou preocupação com a sustentabilidade dos telecentros e também com o fato de que somente 5% deles se encontram no meio rural.

Considera importante o atendimento a comunidades de baixo IDH.

Ressaltou que o IICA acredita muito em parcerias estratégicas, articulação e interlocução com comunidades. Também no Cariri ficou clara a importância das parcerias. O mapeamento do solo e o ZAE são básicos para orientar a tomada de decisão a fim de prevenir riscos.

Debates no Painel 5

Comentou-se sobre a importância do mapeamento do solo e do papel desempenhado pelo IICA na difusão de informações e experiências por meio da cooperação país a país. Há espaço para que isso se amplie.

Questionou-se se a Embrapa tem conseguido abranger toda a diversidade de territórios e o que poderia ser feito para ampliar a abrangência, atingindo outros níveis dentro do território, tendo sido esclarecido, por Otávio Valentin Balsad, que o acompanhamento do PCT mostra que a institucionalidade no local é crucial para se ampliar a abrangência. Informou que uma consultoria externa mostra que há competição acirrada entre instituições que atuam localmente e que a Embrapa tenta aproximar-se dos parceiros, cabendo

destacar a entrada de algumas prefeituras no financiamento de ações de inclusão e a inserção no projeto de agricultores de municípios próximos. Há situações interessantes de transição agroecológica, questão de gênero, questão indígena.

Comentou-se, também, que o programa Agrofuturo é recente e que as prefeituras estão procurando participar cada vez mais. Aparecem atores reivindicando participação, mas há desconfiança quando é a prefeitura que assume um projeto. A Embrapa e seus parceiros tentam identificar aqueles atores em maior dificuldade e têm avançado bastante na solução de gargalos de participação.

Petula Ponciano Nascimento acrescentou que o programa Territórios da Cidadania ainda não existia quando o PCT NAF foi concebido. Mostrou-se às prefeituras que há novas políticas públicas para a agricultura familiar. Os comitês técnicos estão conseguindo mostrar que há recursos e, apesar de não ser essa a missão da Embrapa, ela está ajudando a negociar recursos com o BNDES e outros agentes, na perspectiva de levar a inovação ao público a que se destina.

Elogiou-se o avanço da Embrapa, especialmente no que se refere ao

apoio à criação de uma agência de desenvolvimento. O PCT impressiona positivamente no sentido da deselitização da Embrapa e do conhecimento que produz, porque agrega responsabilidade social à sua forma de atuação.

Em resposta a uma indagação sobre a fonte de recursos usada no ZAE do Cariri, foi esclarecido que os recursos vieram do BNB, mas que o próximo estudo, para outras macrorregiões, será financiado pelo próprio estado. Lembrou-se que o maior custo, nesse tipo de trabalho, seria o *software*, que no caso é livre.

Questionou-se se haveria previsão de ações concretas para facilitar e elevar a qualidade da demanda pela Casa Digital. Qual seria a finalidade do telecentro? O representante do MDA esclareceu que já foram contratadas consultorias para: 1) captar a demanda; 2) avaliar como a diretriz da metodologia teve aderência/quais os resultados; 3) avaliar qual o público que acessa e o tipo de uso que se faz do telecentro.

PAINEL 6

Coordenador: Gertjan Beekman, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Fundo de Apoio às Iniciativas Locais de Combate à Desertificação

Apresentador: Marco Bueno

Instituição parceira: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

O Fundo é um produto do PCT PAN Desertificação, que prevê o fomento a parcerias comunitárias. O projeto entrou em execução em 2006, como parte do PAN Brasil, um programa que o MMA desenvolve em parceria com as agências alemãs GTZ e DED e a ONG Articulação no Semiárido do Brasil (ASA Brasil).

O objetivo do Fundo é o fomento a pequenos projetos em área suscetível à desertificação, ou seja, seu universo de atuação extrapola a Caatinga. Trabalha-se por meio de chamada pública, via edital, tendo sido realizados dois processos seletivos até o momento: um em 2007, com 13 projetos aprovados (valor de até R\$ 15 mil), e outro em 2008, com 21 projetos aprovados (valor até R\$ 25 mil e recursos totais de R\$ 500 mil). O comitê gestor do Fundo são os parceiros. Todos os projetos são visitados pelo MMA e parceiros.

O palestrante destacou como lições aprendidas do PCT:

- A percepção de que é preciso capacitar técnicos da demanda na elaboração de projetos.
- A comunidade não percebe que existe uma relação direta entre a baixa produtividade e a desertificação.
- É necessário utilizar mais o rádio como meio de comunicação local.
- É importante compartilhar as experiências, por exemplo, com a realização de um seminário.

A continuidade do Fundo é desejada, porque propicia maior conhecimento do programa PAN Brasil, um compromisso com as Nações Unidas, e faz com que as questões do combate à desertificação cheguem às comunidades. Todavia, é preciso atentar para o apoio ao ensino, de modo que os projetos financiados caminhem com as próprias pernas.

O coordenador do Painel comentou que, sem dúvida, esses pequenos projetos demonstram como ações de visão estruturante podem dar resposta em nível local, por demonstrar que

o processo de desertificação pode ser estancado ou revertido. Informou também que o BNB está desenhando um Fundo Caatinga e busca doadores.

Geoprocessamento e cadastramento de propriedades rurais do oeste da Bahia

Apresentador: José Luiz de Souza

Instituição parceira: Ministério da Integração Nacional (MI)

No PCT BRA/IICA/07/001 – Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação, Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semiárida do Brasil, o MI e o IICA têm como parceiros: a Embrapa, a UFBA, a Codevasf, a UnB, a TNC. O projeto está incluído no Programa de Revitalização do São Francisco e Parnaíba e surgiu para dar embasamento cartográfico a um convênio com o Estado da Bahia.

O Projeto abrange sete municípios da região oeste da Bahia, onde se pratica agricultura altamente tecnificada. Esses municípios são: Riachão das Neves, Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Jaborandi e Cocos.

Os objetivos do PCT, de acordo com SOUZA (2010, *slide 3*), são os seguintes:

- Elaboração da base de dados cartográficos digital, segundo normas vigentes do IBGE, com estruturação de um banco de dados para as áreas do projeto.
- Elaboração de diagnósticos com base no mapeamento do uso do solo e da cobertura vegetal nas áreas de intervenção dos processos erosivos, nas referidas sub-bacias hidrográficas.
- Delimitação de áreas de preservação permanente (APP) e áreas degradadas.
- Análise do uso do solo nos sete municípios.
- Cadastramento de propriedades rurais.

- Outros planos de informação relevantes para a composição do mosaico de imagens georreferenciadas.

As atividades realizadas foram:

- Mapeamento da região (identificação do uso atual do solo).
- Cadastramento de propriedades rurais (validação dos dados obtidos no processo de mapeamento), feito pela TNC com metodologia conhecida.
- Coleta e análise de solo (classificação dos solos para auxiliar na caracterização da região), realizadas pela Embrapa.

O mapeamento da região permitiu:

- Definir o adensamento das redes de drenagem.
- Delimitar APP e identificar seu estado de conservação.
- Mapear o uso e a cobertura do solo.
- Mapear APP que sofre uso indevido.

O cadastramento serviu para que se fizesse o encontro do olhar do setor produtivo com a legislação. O Ministério Público da Bahia foi envolvido nesse processo.

Em sua fase II, o projeto será replicado em outros três municípios da mesma região: Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e Baianópolis.

Comentários do coordenador do painel, Gertjan Beekman

Foi destacada a produção de consenso entre MI, MP e Ibama, que viabilizou a não aplicação de multas e o redirecionamento do dinheiro para recomposição de vegetação/ recuperação do ciclo hidrológico. O envolvimento da UnB resultou na participação de 60 pessoas, entre professores e estudantes, e gerou dissertações e teses.

Debates no Painel 6

Em relação ao Fundo de Apoio às Iniciativas Locais de Combate à Desertificação, esclareceu-se, por solicitação de participantes, que ele foi criado em 2007 e teve sua primeira edição em junho daquele ano, com recursos disponibilizados pela cooperação alemã. Na 2ª edição, houve participação financeira do governo federal.

Questionado a respeito dos critérios de distribuição dos recursos do Fundo, em virtude da concentração de projetos em Recife, e se havia ações de capacitação, o representante do MMA

esclareceu que metade dos recursos, por determinação ministerial, deve ser destinada ao Semiárido e que, embora se reconheça a necessidade de capacitação, ela ainda não existe.

Comentou-se que não haveria nada de positivo na disponibilização de migalhas para combater a desertificação e questionou-se se há emendas parlamentares em apoio ao Fundo. O representante do MMA respondeu que continuar trabalhando de forma transversal e buscando novas parcerias tem sido um desafio constante.

O coordenador do painel comentou que o Fundo é só uma amostra do que pode ser feito no combate à desertificação. Há outros projetos, apoio a eventos e também ações de governo que contribuem para esse objetivo, embora não venham com o rótulo “desertificação”.

No que diz respeito ao geoprocessamento e cadastramento de propriedades rurais do oeste da Bahia, questionou-se o porquê de ter sido escolhido o oeste da Bahia como área do projeto. O representante do MI esclareceu que aquele ministério vem desenvolvendo, por meio da Codevasf, o Programa de Revitalização do São Francisco e que, no componente

Controle de Processos Erosivos, foi feito um convênio com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, que solicitou o recurso porque percebeu que faltava base cartográfica para que pudesse desenvolver o trabalho conveniado.

Comentou-se que o Dnocs trabalhou com o IICA no Zoneamento Econômico-Ecológico de Gilbués, tendo aportado R\$600 mil. A experiência é reconhecida internacionalmente.

O representante da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, Jose Antonio Mendes Costa, apresentou-se e comentou que há dois territórios no oeste da Bahia e que o MDA deveria integrar as políticas. Questionou qual seria a participação dos colegiados no PCT; qual o diálogo das políticas com os territórios?

Como último ponto de discussão, questionou-se a possibilidade de inserção do Vale do Paranã no PCT. O coordenador do painel esclareceu que isso poderia ser solicitado desde que o Vale se enquadre no Programa de Revitalização do São Francisco e Parnaíba. O município de Luiz Eduardo Magalhães solicitou e hoje faz parte do projeto.

PAINEL 7

Coordenador: Heithel Souza Silva, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

Contribuições da cooperação técnica para o desenvolvimento territorial: o II Salão Nacional dos Territórios Rurais

Apresentadora: Fernanda Corezola

Instituição parceira: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT)

A palestrante esclareceu, inicialmente, que o II Salão Nacional dos Territórios Rurais – Territórios da Cidadania realizou-se em Brasília, entre 22 e 25 de março de 2010, tendo registrado o comparecimento de 2.805 pessoas nos quatro dias de funcionamento, 3% das quais estrangeiras.

O Salão é parte de uma estratégia mais ampla, que vem sendo implementada desde 2003, em que o MDA conta com o apoio do IICA, particularmente no que se refere a construção conceitual e metodológica; promoção de cooperação internacional (Ecadert e outros países); fortalecimento do Fórum DRS; disponibilização de capital humano técnico de alto nível (articuladores estaduais, regionais, consultores nacionais); registro e divulgação de resultados (relatórios, livros e revistas); e serviços de apoio administrativo tempestivo e eficiente (COREZOLA, 2010, *slide* 10).

De acordo com Corezola (2010, *slide* 2), os objetivos do II Salão foram os seguintes:

1. Consolidar a política de desenvolvimento rural com abordagem territorial.
2. Afirmar o protagonismo dos Territórios da Cidadania e Rurais no processo de desenvolvimento.
3. Valorizar e aprofundar a visibilidade do papel do meio rural no processo de desenvolvimento do país.
4. Difundir o conhecimento de políticas públicas desenvolvidas nos Territórios da Cidadania e Rurais.

Sobre esses objetivos, a palestrante comentou que é necessário mobilizar os atores sociais que ainda estão fora do circuito econômico, para que se efetive o desenvolvimento. É preciso inverter a lógica de que desenvolver é sair do rural e que o moderno é ser urbano. O

Salão oferece uma oportunidade efetiva de se evidenciarem resultados.

As Boas Práticas Territoriais (BPT) são a alma do Salão, que também favorece, especialmente, o debate internacional sobre a efetividade da abordagem territorial como estratégia de indução do desenvolvimento rural, a identificação de inovações na gestão pública no planejamento, na articulação e na execução de políticas públicas e a expressão prática da cultura e da gastronomia.

Os resultados alcançados com a realização do II Salão foram:

1. Fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instâncias de condução do processo de desenvolvimento territorial e sua organização em rede.
2. Afirmação do território como unidade propícia à articulação de políticas e articulação de projetos de futuro para suas populações, da positividade/potência do conceito de identidade territorial.
3. Ganhos expressivos para a gestão pública federal pela efetividade no uso do recurso público e redução de sobreposição e articulação de programas, dentro de uma unidade territorial.

4. Incorporação da agenda rural nas políticas setoriais e ampliação das parcerias (jornalistas, universidades, organismos de cooperação, organizações não governamentais, instituições de fomento).
5. Apresentação, pelo IICA, dos resultados do acordo de cooperação entre BA e SE para ações conjuntas de desenvolvimento territorial e questionamento, juntamente com o Fórum DRS, dos sistemas de financiamento intergovernamentais e privados (experiências de Brasil, França, Espanha, Peru e Equador).
6. Registro e sistematização de 143 BPT (mais de 400 inscritas).
7. Dimensão pedagógica e de construção de conhecimento: criatividade, diversidade, positividade das BPT.
8. Organização por parte de instituições parceiras de agendas de compromisso e de debate para o aprofundamento da política. Autonomia na relação com o poder público e sustentabilidade social.
9. Jantar Sabores dos Territórios: parceria de produtores, *chefs*

de cozinha *Slow Food* (rural e urbano/arte e soberania alimentar).

10. Participação de 24 grupos culturais de norte a sul.

Como pontos de reflexão para os próximos eventos, a palestrante citou:

- é importante um maior envolvimento da população indígena para criar pontos de compromisso dentro do princípio da autonomia dos parceiros, mas a SDR ainda não desenvolveu uma estratégia nesse sentido;
- a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável deve ser sempre estimulada;
- é preciso ampliar a participação das pessoas com mais de 60 anos, que foi de 3%;
- é preciso aumentar a participação/parcerias dentro dos territórios.

A contribuição da cooperação técnica na construção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará

Apresentadores: Josias Farias Neto e José Gilberto Sztutman

Instituição parceira: Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará

Iniciando a apresentação, Farias Neto destacou que a cooperação com o IICA contribuiu para a construção de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, que vinha sendo discutido desde o início do atual governo do Ceará. O Projeto São José, objeto de acordo de empréstimo com o Banco Mundial desde 1995, que contemplava ações restritas ao fornecimento de eletricidade e água em áreas de pobreza rural, passou por uma adequação a esse Plano, tendo seu escopo ampliado para abarcar quatro componentes, a saber:

- São José Infraestrutura
- São José Produtivo
- São José Agrário – parceria com MST
- São José Inclusão Social – foco nas questões etnoraciais, gênero, geração e meio ambiente.

Sztutman esclareceu que a cooperação com o IICA e o Instituto Agropolos foi constituída para conceber um novo desenho de projeto de desenvolvimento, porque o modelo

de projeto de combate à pobreza adotado na primeira fase do Projeto São José (100% de eletricidade e 50-70% de abastecimento de água) estava esgotado. A inovação veio com a incorporação de APLs vinculados ao território e produção de verduras com pequenos sistemas de irrigação, colocando-se o abastecimento de água como pré-condição para os demais componentes.

Dos quatro componentes dessa segunda fase do Projeto São José, o que mais avançou foi o São José Produtivo, com o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Percebeu-se que o apoio ao fortalecimento institucional seria necessário antes da formulação de um projeto de APL e deveria ter continuidade por um ano, após a sua implantação. Assim, foram intensificadas as ações de capacitação e fortalecimento institucional de grupos específicos, por meio do São José Inclusão Social, o que possibilitou dirigir investimentos e conhecer melhor

as fragilidades. Cabe destacar, nesse sentido, que o estado recebeu recursos do governo japonês, por intermédio do Banco Mundial, para fortalecimento de comunidades quilombolas e que as ações foram implementadas pela Cooperação Técnica.

No São José Agrário, destacou-se a relação de parceria com Movimentos Sociais para fortalecer a base social dos subprojetos. O meio foi a contratação, via PCT, de consultores indicados pelo MST para atuar nas comunidades,

desde a definição das prioridades de investimento até o acompanhamento da implantação dos projetos (FARIAS NETO et al., 2010, *slide 3*).

Com o São José Infraestrutura ocorreu uma integração das ações voltadas para o abastecimento de água – Programa Cisternas, do MDS; convênios celebrados com a Funasa –, que ficaram sob a responsabilidade da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (Coppe) da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA).

Acesso e uso da energia elétrica como fator de desenvolvimento de comunidades do meio rural brasileiro: PCT Eletrobras/IICA

Apresentadores: Eduardo Luis de Paula Borges e Fernando Oliveira Mateus

Instituição parceira: Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras)

O PCT tem como área temática “Energia elétrica como vetor de desenvolvimento e produção para comunidades rurais isoladas” e teve início em março de 2009. Tem duração prevista de três anos.

No contexto da universalização dos serviços públicos de energia elétrica (Lei nº 10.438/2002), estendida à área rural, a Eletrobras lançou, em 2009, no âmbito do Programa Luz para Todos (PLT), Projetos Especiais voltados para atender, com geração descentralizada

(minirredes) e uso predominante de fontes alternativas de energia, os locais de baixa densidade populacional ou difícil acesso, onde não chega a rede de energia convencional (ex.: Xapuri-AC). Esses Projetos Especiais (Eletrobras, 2010, *slide 5*) abrangem:

1. Apoio às concessionárias distribuidoras de energia elétrica no desenvolvimento de projetos com fontes renováveis de energia.
2. Desenvolvimento de ações

para a implantação de Centros Comunitários de Produção (CCP), com vistas no uso racional e produtivo da energia no meio rural.

Com essa iniciativa, a Eletrobras passou a enfrentar os seguintes desafios:

- lacuna no conhecimento técnico e gerencial sobre as novas alternativas de atendimento, bem como falta de uma estrutura organizacional preparada para tais inovações;
- ausência de políticas e regulamentos que incentivem a sustentabilidade de atendimentos com fontes alternativas individuais e de pequeno porte, em áreas rurais;
- as concessionárias e os demais agentes do setor elétrico carecem de metodologias e desenvolver expertise para a promoção do uso produtivo da energia no meio rural, consoante com suas possibilidades e com os resultados que obtêm no seu negócio.

Com foco tanto no acesso quanto no uso da energia, o PCT foi concebido para suprir a carência da empresa no que diz respeito à “criação de processos

e metodologias para capacitar e desenvolver, na Eletrobras e em seus parceiros, a execução de projetos com foco na ampliação do serviço público de energia elétrica, com ênfase na utilização de fontes renováveis, e no seu uso produtivo como vetor de desenvolvimento de comunidades rurais” (Eletrobras, 2010, *slide 7*).

Os objetivos imediatos do PCT são três, como se segue:

1. Desenvolver, em conjunto com as concessionárias, estratégias inovadoras para atendimento e uso da energia elétrica com ênfase no emprego de Fontes Renováveis de Energia (FRE) em áreas rurais isoladas.
2. Criar estratégias visando a transferência de conhecimento e desenvolvimento de soluções para implementação do Programa Luz para Todos, considerando os atuais desafios do processo de universalização do acesso à energia elétrica nas áreas rurais isoladas.
3. Desenvolver, em conjunto com as concessionárias, mecanismos de incentivo ao uso eficiente e produtivo da energia elétrica.

A apresentação culminou com a exibição de filme sobre o Centro

Comunitário de Produção (CCP) Boa Esperança, localizado em São Fidélis, norte do Estado do Rio de Janeiro, onde 1/3 dos habitantes vivem na área rural. Em 2003, oito produtores de leite passaram a contar com um CCP e tiveram o seu leite valorizado em 100% em 2004, o que motivou a adesão de novos produtores, que hoje somam 26. Abastecem a Cooperativa Macuco, que dá preferência ao leite já resfriado. Como lição, ficou a importância de se adequar a pequena produção para que possa competir no mercado.

A idéia do CCP é fazer da universalização da eletrificação rural um negócio rentável para a concessionária.

Fortalecimento da capacidade institucional e da gestão das avaliações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos

Apresentadores: Victor Perdigão e Carlos Yassuo Sudo

Instituição parceira: Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)

Os representantes da Eletronorte informaram acerca dos projetos que receberão apoio técnico do IICA, que são os seguintes:

- Plano de Inserção Regional dos Municípios do Entorno do Lago da UHE Tucuruí (PIRTUC) e Plano de Inserção Regional dos Municípios a Jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS) – as transformações trazidas por barragens (duplicação de população residente, triplicação da necessidade de hospitais etc.) levaram a própria Eletronorte a incentivar a elaboração de planos de desenvolvimento sustentável para os municípios, em que são inseridas suas ações. Como os municípios não se juntam, foi necessário trabalhar com dois grupos: municípios a montante e a jusante. A cooperação, aqui, é para medir os benefícios dos investimentos.
- Programa Social dos Expropriados da Primeira Etapa da UHE Tucuruí (PROSET) – o programa, iniciado em 2004, é uma decorrência da decisão de apoiar expropriados no desenvolvimento de processos produtivos. Há problemas com cooperativas conveniadas, em que a empresa necessitará do apoio do IICA (ressurgimento de reivindicações no âmbito das tratativas legais e institucionais, associadas às permissões pelas interferências da 2ª Etapa e alteamento da cota 72 para 74m).
- Projetos sustentáveis de geração de renda negociados com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – decorrem de um acordo com o MAB em que se buscou um tratamento isonômico em relação ao Proset. Visa promover a integração de ações em um bloco de compromissos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região. Prevê a capacitação de famílias com bolsa de 7 meses. Desenvolve-

se piscicultura com peixe desconhecido/sem mercado. O Ministério Público questiona se os recursos não estariam sendo desperdiçados (Eletronorte, 2010).

Debates no Painel 7

Questionou-se a Eletrobras a respeito de sua experiência no campo da energia renovável, tendo sido esclarecido que a empresa trabalha com o Programa Luz para Todos (PLT), em que só existe a experiência piloto de Xapuri. Há previsão de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) alternativas, mas é preciso que a demanda parta da concessionária para que sejam efetivamente construídas. A Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) tem bastante experiência com energia renovável.

A Eletrobras foi também questionada a respeito do cumprimento da meta de 100% de cobertura rural em 2010, quando termina o Programa Luz para Todos. Respondeu-se que a meta foi cumprida, mas que o prazo é, na verdade, 2015.

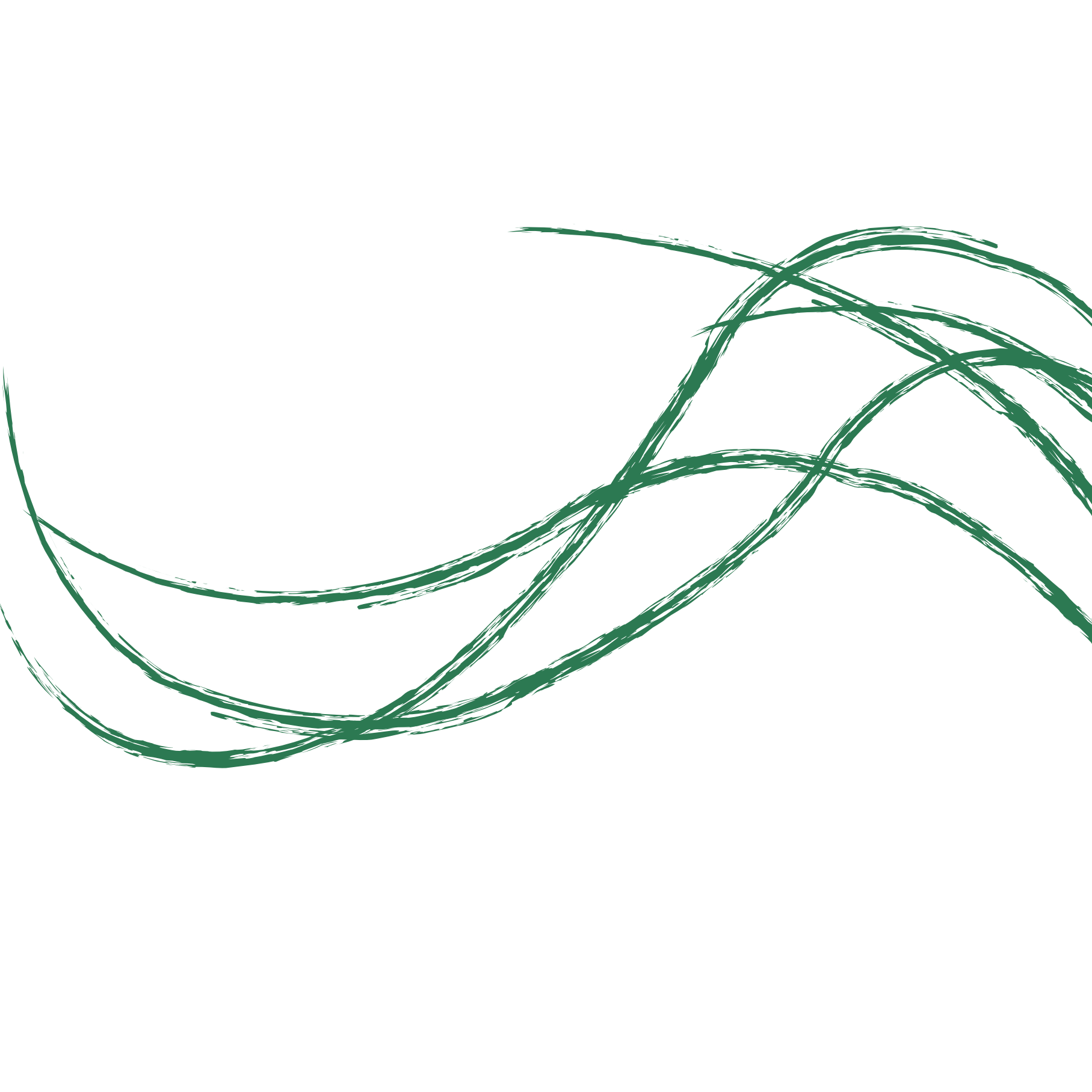
Um participante solicitou esclarecimentos à Eletronorte sobre o modo como tem se dado a organização da sociedade, nos planos

de Tucuruí, tendo sido informado de que os municípios a jusante já estavam organizados, o que facilitou a organização do conselho gestor. A montante, todavia, permanece o conflito entre prefeituras e movimentos sociais; passou-se a discutir a criação de conselhos para territórios criados pelo Estado do Pará, que diferem dos Territórios da Cidadania. O representante da Eletrobras acrescentou que, nas pactuações no âmbito do CCP, têm surgido demandas para que sejam priorizados Territórios da Cidadania com vistas no cumprimento da responsabilidade social da empresa e seus parceiros.

Perguntou-se à representante da SDR se há planos de ampliação do Salão de Territórios Rurais, tendo sido esclarecido que os estados começam a realizar eventos e também querem fazer parceria com Comitês e com as Redes de Colegiados. O Ceará, por exemplo, fez um evento antes do II Salão. Todavia, são poucos os que adotam o Territórios da Cidadania como unidade de planejamento.

Questionou-se, ainda, o porquê da resistência em se focar o Desenvolvimento Territorial e se o IICA não poderia contribuir para mudar isso. A representante da SDR argumentou

que ainda prevalece a visão local no conhecimento disseminado e que é preciso ampliar essa visão para perceber o quanto projetos rurais podem contribuir para o desenvolvimento mais amplo.





4

Apresentação do “Relatório Anual 2009:
a contribuição do IICA para o desenvolvimento da
agricultura e das comunidades rurais”

Carlos Américo Basco,

Representante do
Instituto Interamericano
de Cooperação para a
Agricultura no Brasil

O palestrante mencionou, inicialmente, o panorama *sui generis* gerado pela crise de 2008, em que os países emergentes se recuperaram mais rapidamente que os desenvolvidos. No Brasil, a dívida pública aumentou, mas já começa a cair. O bom desempenho é resultado da ação rápida do governo brasileiro (redução temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e acesso a crédito).

Em relação ao agronegócio, o palestrante destacou o fenômeno da concentração e fusão de empresas; o aumento dos preços mínimos da Conab, que assegurou renda mínima aos produtores familiares; e o trabalho da Embrapa no desenvolvimento de produtos tolerantes à seca. O Censo Agropecuário 2006 mostra que melhorou a situação da agricultura familiar no país. Comentou, também, a importância política do zoneamento da cana-de-açúcar, para que o Brasil

possa afirmar, perante o mundo, que a Amazônia está sendo preservada.

O Relatório Anual 2009 aponta como principais resultados da Cooperação Técnica (IICA, 2010, *slides 2 e 3*):

- Ajuste Complementar com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para a promoção da Cooperação Técnica Sul-Sul.
- Participação no Grupo de Trabalho Interfederativo sobre a Integração Fronteiriça.
- Membro observador do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).
- Cooperação interagencial com Ilpes/Cepal, Comissão Interamericana de Agricultura Orgânica (CIAO) e FAO.

Em resumo, as atividades de maior destaque, em cada área focal da

Cooperação Técnica (IICA, 2010, slide 4 a 10), foram as seguintes:

- Promoção do Comércio e Competitividade do Agronegócio:
 - início de atividades com Turismo Rural/Ecoturismo, Biocombustíveis, Microfinanças e Dados Estatísticos;
 - cooperação técnica com municípios do Entorno do Distrito Federal e proposta para início de trabalhos com municípios líderes do agronegócio no Brasil;
 - lançamento do boletim “Biocombustíveis em Foco”;
 - desenvolvimento do agronegócio em áreas indígenas: estudos de cadeias produtivas;
 - Centro de Referência do Agronegócio: Ceragro – portal virtual.
- Fortalecimento das comunidades rurais com um enfoque territorial:
 - cooperação regional para o fortalecimento dos serviços oficiais dos países do Mercosul ampliado na vigilância e controle da influenza aviária (Projeto IICA-BM);
 - promoção do Curso de Análise de Risco em Alimentos – Riscos Químicos e Microbiológicos, em parceria com a Universidade de Nebraska e Cecadi/IICA;
- cooperação técnica à Anvisa e à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no curso de aprofundamento em Avaliação de Risco Microbiológico em Alimentos, facilitando a participação da Universidade de Nebraska-Lincoln, por videoconferência, com a palestra “Microbiologia preditiva e avaliação de risco”.
- Promoção da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos (SAIA):
 - participação na V Reunião de Vigilância Sanitária de Alimentos: Globalização e segurança dos alimentos;
 - fórum técnico virtual “Normas Privadas no Comércio Internacional de Alimentos Frescos”;
 - cooperação técnica ao grupo de trabalho responsável pela Estruturação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/Suasa) do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente:
 - planos estaduais de combate à desertificação;
 - integração do grupo de trabalho do CGEE para construção da publicação “Subsídios para uma agenda nacional de ciência, tecnologia e inovação relativa à vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima”;
 - participação no Conselho Mundial de Água;
 - ENED – Construção do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (execução do evento principal em Juazeiro-BA e Petrolina-PE e eventos regionais: Natal, Recife, Campina Grande, Aracaju e Maceió);
 - Geoprocessamento do Oeste da Bahia – Fase I (Municípios: Riachão das Neves, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Jaborandi e Cocos).

➤ Fortalecimento das Comunidades Rurais com um Enfoque Territorial – RIB/Fórum DRS:

- quatro jornadas temáticas sobre:
- ✓ *Sistema de Gestão Estratégica Territorial (SGE);*
- ✓ *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira;*
- ✓ *Sistemas de Financiamento para Projetos Territoriais; e*
- ✓ *Novas Institucionalidades no Contexto das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil.*
- *Série Desenvolvimento Rural Sustentável: (a) Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira e (b) Gestão Social dos Territórios;*
- *Curso Internacional de Atualização Conceitual em Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial;*
- *IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial;*
- *parceria (Ecaderts) com Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC).*

➤ Introdução de tecnologia e inovação para a modernização da agricultura e vida rural:

- *Projeto Corporativo de Segurança da Informação e Modelagem de Processos Tecnológicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).*

Ainda como resultados obtidos em 2009, foram apontadas as seguintes publicações:

- *Revista Cooperação Técnica RIB;*
- *Boletim Eletrônico do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável;*
- *Alertas do Agronegócio;*
- *Boletim Eletrônico Agroalimentar do Cone Sul;*
- *Informe Agronegócios;*
- *Boletim Biocombustíveis em Foco;*
- *Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria;*
- *Situação e perspectivas da agricultura brasileira 2008: a experiência da cooperação técnica do IICA;*
- *A experiência do Município de Formosa na geração de capacidades para o desenvolvimento com enfoque nas cadeias produtivas – Ação de cooperação técnica;*

- *Livros sobre “Experiências exitosas do agronegócio no Brasil”;*
- *Livro “Estudo da cadeia produtiva do caju – IICA/BNB”;*
- *Álbum fotográfico “IICA 45 anos com o Brasil: por uma vida melhor no campo e na cidade”;*
- *Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Agroenergia e desenvolvimento de comunidades rurais isoladas – Volume 7;*
- *Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Emprego e trabalho na agricultura brasileira – Volume 9;*
- *Construção do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira;*
- *Caderno de Estatísticas do Agronegócio Brasileiro;*
- *Newsletter TurAlert – Turismo Rural e Ecológico.*

Em 2009, a Representação do IICA no Brasil realizou as seguintes atividades:

- *Entrega do “Prêmio Interamericano do Setor Rural”;*
- *Grupo de Trabalho em Estatísticas Agropecuárias;*

- *Videoconferência sobre "Normas privadas no comércio internacional de alimentos frescos";*
- *V Curso Internacional Ética e Responsabilidade Social Empresarial no Agro;*
- *I Curso de Agricultura Familiar IICA/BNB;*
- *Videoconferência sobre "Redes de Desenvolvimento Rural e Gestão Territorial";*
- *IV Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais;*
- *Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: Desafios para a ação pública;*
- *III Jornada Nacional do Jovem Rural;*
- *Seminário de Atualização de Técnicas de Diagnóstico da Influenza Aviária por Biologia Molecular;*
- *I Seminário de Ética e Responsabilidade Socioambiental no Setor Agropecuário e Empresarial;*
- *I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional;*
- *Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local;*
- *Curso Regional sobre Avaliação de Riscos Químicos em Alimentos;*
- *Curso Regional sobre Avaliação de Riscos Microbiológicos em Alimentos;*
- *Exposição fotográfica "IICA 45 anos com o Brasil: por uma vida melhor no campo e na cidade";*
- *Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável;*
- *II Reunião de Intercâmbio de Projetos de Cooperação Técnica;*
- *Mesa Redonda "Estratégias de fortalecimento e consolidação do turismo rural no Brasil";*
- *Debate sobre parcerias de promoção do turismo rural brasileiro;*
- *Reunião Interamericana de Turismo Rural;*
- *Diagnóstico do turismo rural brasileiro.*

MCT, MI (3), MRE (2), MME, MDA (3), MMA (2), CERB/BA, INGÁ/BA, Seara/RN, SEEC/RN, Seplan/PI e SDA/CE.

O Relatório Anual 2009 foi distribuído entre os presentes, juntamente com o documento síntese da II Reunião de Intercâmbio (IICA, 2010), realizada em Brasília, nos dias 7 e 8 de abril de 2009.

Finalizando a apresentação do Relatório, o Representante do IICA no Brasil ofereceu um quadro geral dos 27 projetos de cooperação executados no país, em parceria com as seguintes instituições: BNB, Eletrobras, Eletronorte, Embrapa, FBB, Ibama, Inmet, ISC, MAPA,





5

Considerações Finais

Carlos Miranda, do IICA, analisou brevemente os resultados da Reunião, que expressou da seguinte forma:

- Houve confluência em torno de temas e espaços. Por exemplo, a agricultura familiar esteve presente em 90% das apresentações e, quanto ao espaço, verificou-se um direcionamento para o Nordeste e a Caatinga.
- Os participantes tomaram conhecimento da concepção dos projetos, mas receberam pouca informação sobre suas consequências práticas. Uma ideia poderia ser a realização de reunião para identificar afinidades entre as boas práticas dos diferentes projetos, em termos de tema, público-alvo, espaço.

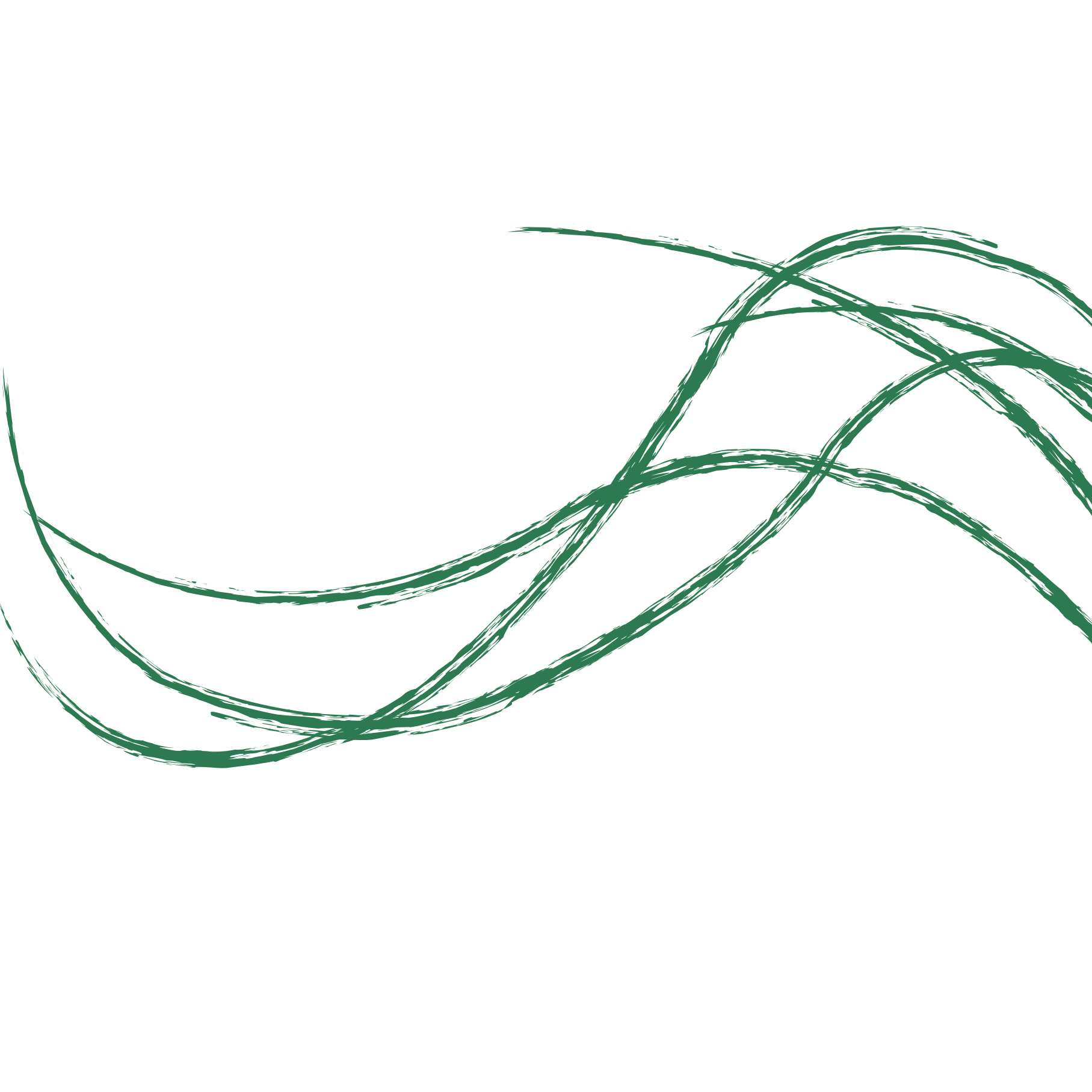
Gertjan Beekman, também do IICA, informou acerca da realização de uma reunião de natureza semelhante, em Salvador, no final de maio, onde se buscará identificar transversalidades entre as ações de cooperação técnica. Pela primeira vez, surge a necessidade de planejamento conjunto e coordenação de ações.

O Representante do IICA no Brasil, Carlos Basco, avaliou a III Reunião como muito positiva e ressaltou que o espaço físico foi muito bem utilizado, com destaque para a participação dos membros dos Colegiados Territoriais, no dia 29, aproveitando sua estadia em Brasília em função de outro evento. Apresentou as seguintes sugestões para o próximo encontro:

- solicitar às instituições parceiras que viabilizem a permanência de 1 (um) técnico do Projeto durante os dois dias da Reunião;

- avaliar a possibilidade de realizar mais de uma reunião por ano, para atender demandas de Projetos de Cooperação que querem mostrar outros produtos.

José Gilberto Sztutman, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, sugeriu que a equipe técnica do IICA, ao fazer a sistematização da Reunião de Intercâmbio, elaborasse uma matriz de interesses e temas das instituições envolvidas, com o objetivo de detectar interesses comuns ou complementares. Isso serviria como um instrumento para orientar a promoção de encontros temáticos voltados para uma articulação de atividades e, assim, representaria uma nova contribuição da Cooperação Técnica.





6

Referências

AMPARO, Paulo Pitanga do. **Cooperação Brasil/União Europeia em gestão de políticas regionais.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 11 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 15 maio 2010.

ARAÚJO, Elias de Paula. **Consolidação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 19 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 16 maio 2010.

BARBOSA, Marlon Duarte. **Sistemas de gestão do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 37 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 12 maio 2010.

BARROS, Vera Lúcia Ribeiro de. **Mapeamento das competências humanas e corporativas da Secis – MCT.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 37 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 16 maio 2010.

CENTRAIS Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). **Acesso e uso da energia elétrica como fator de desenvolvimento de comunidades do meio rural brasileiro.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 15 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 15 maio 2010.

CENTRAIS Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Diretoria de Planejamento e Engenharia (DE). **Projetos que receberão apoio técnico do IICA.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 33 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 15 maio 2010.

COREZOLA, Fernanda. **Contribuições da cooperação técnica para o desenvolvimento territorial: o II Salão Nacional dos Territórios Rurais – Territórios da Cidadania em Foco.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 11 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 15 maio 2010.

FARIA, Aimée Novo. **Projeto de cooperação técnica internacional BRA/IICA/08/001: Arranjos produtivos locais apoiados pela Secis/MCT no período 2005/2007.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 56 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 18 maio 2010.

FARIAS NETO, Josias; SZTUTMAN, José Gilberto. **Projeto São José**. Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 7 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 11 maio 2010.

GASQUES, José. **Projeções do agronegócio – Brasil 2009/2010 a 2019/2020**. Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 11 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 11 maio 2010.

INSTITUTO Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **Relatório anual 2009: a contribuição do IICA para o desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais**. Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 23 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 13 maio 2010.

_____. **Intercâmbio de experiências dos projetos de cooperação técnica do IICA no Brasil**. Síntese da II Reunião realizada em Brasília, dias 7 e 8 de abril de 2009. Brasília: IICA, 2010. 93 p. il.

MACÁRIO, Vinicius Pedron. **Programa Territórios Digitais**. Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 12 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 17 maio 2010.\

MARANHÃO, Renata Rosendo. **Capacitar e formar gestores e educadores ambientais no âmbito da agricultura familiar e comunidades tradicionais, visando ao desenvolvimento rural sustentável**. Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 12 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 11 maio 2010.

MARTINS, Eduardo Flávio Rodrigues. **Zoneamento agroecológico da Mesorregião do Sul Cearense**. Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 38 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 14 maio 2010.

MIRANDA, Marcos J. R. **PCT “Consolidação das políticas nacionais de desenvolvimento regional”: II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional**. Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 7 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 11 maio 2010.

NASCIMENTO, Petula Ponciano. **Programa Agrofuturo: Componente 3 – Núcleos Pilotos de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 28 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 14 maio 2010.

RODRIGUES, Ramon Flávio Gomes. **Desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil sob cenários sustentáveis (PCT BRA/IICA/08/002).** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 29 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 18 maio 2010.

SILVA, Luís Mauro Santos da Silva. **Projeto Ibama.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 5 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 16 maio 2010.

SOARES, Luiz André. **Capital social e dinamização de redes político-institucionais.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 10 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 16 maio 2010.

SOUZA, José Luiz de. **Geoprocessamento e cadastramento de propriedades rurais do oeste da Bahia.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 29 de abril de 2010. 63 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 12 maio 2010.

STREIT, Jorge Alfredo. **Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS.** Apresentação. III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Brasília, 28 de abril de 2010. 28 *slides*. Disponível em: <www.iica.org>. Acesso em: 15 maio 2010.



ANEXOS

ANEXO A

Lista de Participantes da III Reunião de Intercâmbio de Experiências
dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil

Data: 28 e 29 de abril de 2009

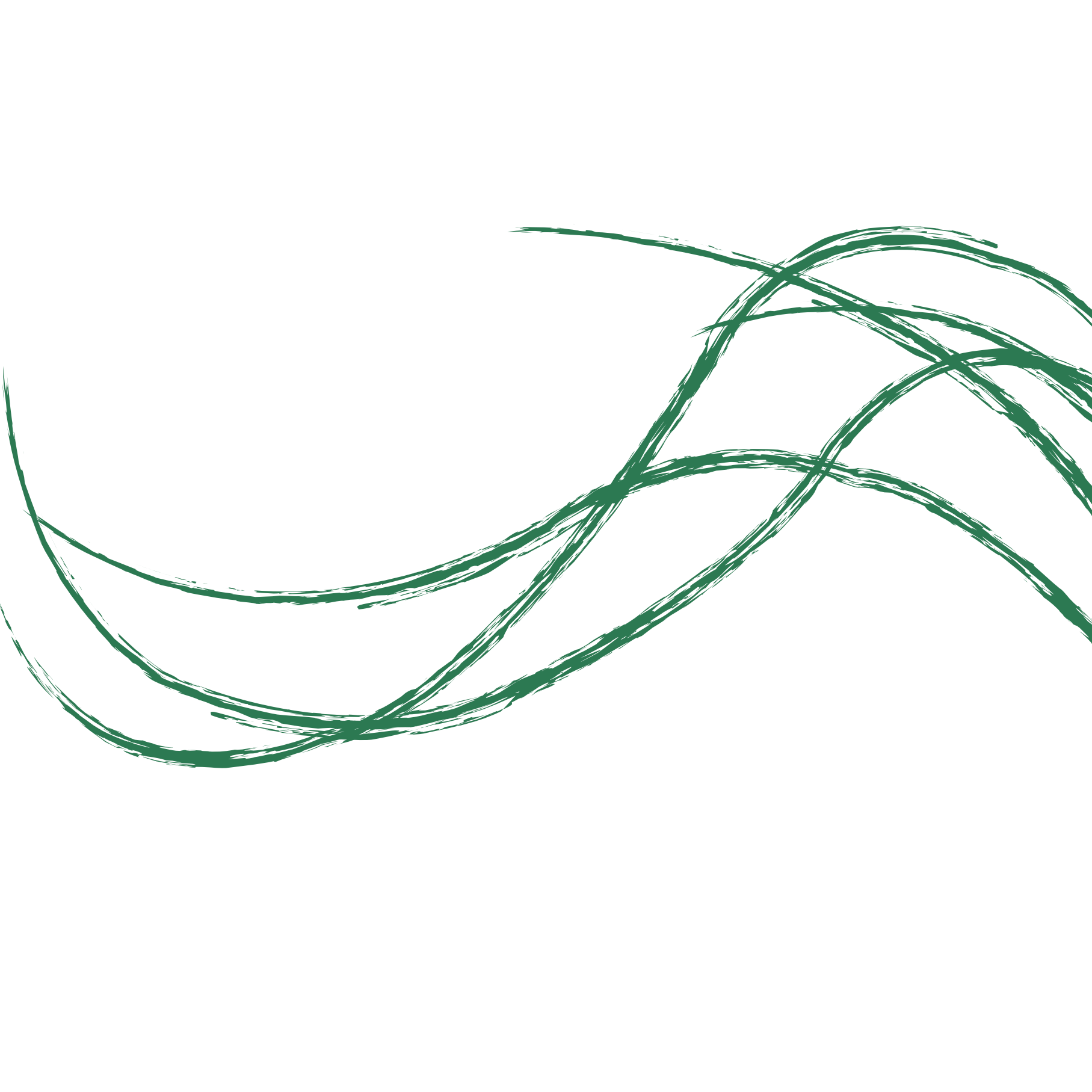
Local: Academia de Tênis, Salão Bulgatti, SCES Trecho 4, Conjunto 5, Lote 1B, Brasília-DF

	Nome	Instituição	E-mail
1	Adhemar Brandini	Consultor	brandini@solar.com.br
2	Adolfo Dalla Pria	TNC	adallapria@tnc.org.br
3	Aimee Novo Faria	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	anfaria@mct.gov.br
4	Alceu Fernando Azevedo	Dnocs	alceuazevedo@uol.com.br
5	Alejo Lertzundi Silvera	Consultor IICA	lerzundi.alejo@gmail.com
6	Alexandre Farias Benjamim	Eletrobras	afbenjamim@eletrobras.com
7	Alfredo Bernardo Pereira da Silva	Federação Indígena Brasileira (FIB)	fibbrasil@gmail.com
8	Aline R. Ferreira	Semap/Formosa	agriculturafsa@yahoo.com.br
9	Antonio C. do Prado	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	antonio.prado@embrapa.br
10	Antônio Carlos de Azevedo Gonçalves	Eletrobras	antonio.goncalves@eletrobras.com
11	Antônio Fernando Silva Rodrigues	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	afrodrigues@mct.gov.br
12	Arnaldo Augusto Setti	Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais — Coppe/UFRJ	arnaldosetti@uol.com.br
13	Augusto Travassos Pereira	Consultor	eutp13@gmail.com
14	Aureliano da Costa Matos	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	aureliano.matos@iica.int
15	Breno Aragão Tibúrcio	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	breno.tiburcio@iica.int
16	Carcius Azevedo dos Santos	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	carcius.santos@mma.gov.br
17	Carlos Américo Basco	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	carlos.basco@iica.int
18	Carlos Luis Miranda	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	carlos.miranda@iica.int
19	Carlos Yassuo Sudo	Eletronorte	carlos.sudo@eletronorte.gov.br
20	Celso Marlei dos Santos	Eletrosul	celsomarlei@eletrosul.gov.br
21	Christian Fischer	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	christian.fischer@iica.int
22	Cláudio Lima	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	claudio.lima@iica.int
23	Cleberlito Fernandes	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	cleberlito.fernandes@iica.int
24	Daniel Torres	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	daniel.torres@iica.int
25	David Mendes Roberto	Consultor	davmendes@ig.com.br
26	Débora Wittenberg	Ministério da Integração Nacional (MI)	debora.wittenberg@gmail.com
27	Denise Padovan	Rede Nacional de Colegiados Territoriais	denisesspadovan@yahoo.com.br
28	Dino Castilhos	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	dino.castilhos@mda.gov.br
29	Eduardo Luis de Paula Borges	Eletrobras	eduardo_borges@eletrobras@gmail.com
30	Eduardo Sávio Passos R. Martins	Banco do Nordeste (BNB)	espr.martins@gmail.com
31	Elias de Paula de Araújo	Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ/BA)	eparaujo@hotmail.com
32	Emanuel Gonçalves de Melo	Banco do Nordeste (BNB)	egm1@terra.com.br

33	Fábio Prates	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	fabio.prates@iica.int
34	Fernanda Corezola	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	fernanda.corezola@mda.gov.br
35	Fernanda G. Pedrosa	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	fernanda.pedrosa@mct.gov.br
36	Fernanda Tallarico	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	fernanda.tallarico@iica.int
37	Fernando Oliveira Mateus	Eletrobras	fernandomateus@eletrobras.com
38	Flavia Claudino	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	claudinoflavia@hotmail.com
39	Francisco Quixaba Filho	Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)	francisco.quixaba@inmet.gov.br
40	Gertjan Beekman	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	gertjan.beekman@iica.int
41	Gisele Selhorst Ceccon	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	gisele.ceccon@iica.int
42	Heithel Silva	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	heithel.silva@iica.int
43	Hilza Arcos	Rede Nacional de Colegiados Territoriais	hilzas@gmail.com
44	Iraciana Marques	Semap/Formosa	agriculturafsa@yahoo.com.br
45	Isaías R. de Lima	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	isaias.lima@embrapa.br
46	Jamil Macedo	Proctropicos/IICA	jamil.macedo@iica.int
47	Janete Brito Macedo	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	jbmacedo@mct.gov.br
48	Jaqueline B. Dutra	Ministério da Integração Nacional (MI)	jaqueline.dutra@integracao.gov.br
49	Joaci Medeiros	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)	joaci.medeiros@cna.org.br
50	João Joaquim Borchardt	Semap/Formosa	joaojoaquim@hotmail.com
51	Jônatas Luiz dos Santos	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	jonatas.luiz@iica.int
52	Jorge Alfredo Streit	Fundação Banco do Brasil (FBB)	jorge@fbb.org.br
53	José Alberto de Almeida	Dnocs	beto.almeida@dnocs.gov.br
54	Jose Antonio Mendes Costa	Rede Nacional de Colegiados Territoriais	agriculturamav@yahoo.com.br
55	Jose Arnaldo F. G. de Oliveira	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)	jose.arnaldo@ipea.gov.br
56	José Carlos Aziz Ary	Banco do Nordeste (BNB)	azizary@bnb.gov.br
57	José Garcia Gasques	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	jose.gasques@agricultura.gov.br
58	José Gilberto Sztutman	Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará	josegilberto@sda.ce.gov.br
59	José Luiz de Souza	Ministério da Integração Nacional (MI)	jose.souza@integracao.gov.br
60	Josias Farias Neto	Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará	jfarias@sda.ce.gov.br
61	Juliano de Queiroz Souza	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	juliano.souza@iica.int
62	Kátia Pinto de Amorim	ASA Alimentos	katia@asaalimentos.com.br
63	Kelson Senra	Consultor	kelson@gmail.com
64	Laurita Garcia de Oliveira	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	*****
65	Lauro Fortes	Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)	lauro.fortes@inmet.gov.br
66	Leny Maria Corraza	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	leny.corazza@planejamento.gov.br

67	Lúcia Maria Branco de Freitas Maia	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	lucia.maia@iica.int
68	Luciano de Meneses Evaristo	Ibama	luciano.evaristo@ibama.gov.br
69	Luis Mauro S. Silva	Ibama	*****
70	Luiz André Soares	Instituto Souza Cruz (ISC)	luiz.andre@institutosouzacruz.org.br
71	Luz Bravo Zamudio	Universidade de Brasília (UNB)	luzb@unb.br
72	Manoel R. dos Santos Junior	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	manoel.rodrigues@agricultura.gov.br
73	Márcia Dornelles	Rede Nacional de Colegiados Territoriais	marciasdornelles@gmail.com
74	Marco Antonio de Brito Carvalho	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	mbrito@mct.gov.br
75	Marco Bueno	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	marco.bueno@mma.gov.br
76	Marco Ortega	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	marco.ortega@iica.int
77	Marcos José Rodrigues Miranda	Ministério da Integração Nacional (MI)	marcos.miranda@integracao.gov.br
78	Marcus Vinícius	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	marcus.vinicius@iica.int
79	Maria Anisia Carvalho	Ibama	anisia_carvalho@yahoo.com.br
80	Maria Auxiliadora Gorga Luna	Vigilância Sanitária/DF	doragluna@gmail.com
81	Maria Cristina Chaves Silvério	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	maria.cristina.silverio@agricultura.gov.br
82	Mariângela B. de Figueiredo	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	mariangela.figueiredo@mda.gov.br
83	Marlene Bamberg	Rede Nacional de Colegiados Territoriais	mbamberg@hotmail.com
84	Marlon Duarte Barbosa	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	marlon.barbosa@mda.gov.br
85	Martin Charles Nicholl	Federação Indígena Brasileira (FIB)	martincharles@yahoo.com.br
86	Mauro Mendonça	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	mauro.mendonca@agricultura.gov.br
87	Neli Bomfim Cerqueira	Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (CERB)	neli.cerqueira@cerb.ba.gov.br
88	Nilton César dos Santos	Eletrobras	nilton.santos@eletrobras.com.br
89	Orlando Wilson Pinto Pereira	Centro de Educação e Desenvolvimento Agroambiental (Cedagro)	orlandowpereira@hotmail.com
90	Otamar de Carvalho	Consultor	otamar@attglobal.net
91	Otávio Valentin Balsad	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	otavio.balsad@embrapa.br
92	Paulo Pitanga do Amparo	Ministério da Integração Nacional (MI)	paulo.amparo@integracao.gov.br
93	Pedro Carneiro T. Cavalcante	Ministério da Integração Nacional (MI)	ptcavalcante@yahoo.com.br
94	Petula Ponciano Nascimento	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	petula.nascimento@embrapa.br
95	Ramón Flávio Rodrigues	Ministério da Integração Nacional (MI)	ramon.gomes@integracao.gov.br
96	Renata Rozendo Maranhão	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	renata.maranhao@mma.gov.br
97	Renato Felipe Veras de Carvalho	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	renato.carvalho@iica.int
98	Ricardo Padilha	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	ricardopadilha.rp@gmail.com
99	Roberto Carlos Martinez Angulo	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	roberto.martinez@iica.int
100	Rodrigo F. Ximenes Vitorino	Ministério da Integração Nacional (MI)	rodrigo.vitorino@integracao.gov.br
101	Rodrigo Germano Rodrigues	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	rodrigo.germano@iica.int

102	Roger Augusto de Camargo	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	roger.camargo@consultor.mda.gov.br
103	Roque Aparecido da Silva	Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ/BA)	roquesilva.iica@gmail.com
104	Sebastian Schlossarek	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	sebastian.schlossarek@iica.int
105	Sueli Correa de Faria	Consultora/Relatora da Reunião	farsueli@gmail.com
106	Ubiramar Bispo	Rede Nacional de Colegiados Territoriais	mazinho_pt@yahoo.com.br
107	Vânia Apolônio Trajano	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	vania.trajano@mma.gov.br
108	Vera Lucia Ribeiro de Barros	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	veralrbarros@hotmail.com
109	Victor Perdigão	Eletronorte	victor.perdigao@eletronorte.gov.br
110	Vinicius Pedron Macário	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	vinicius.macario@mda.gov.br
111	Volker Egon Bohne	ESMPU	volker@esmpu.gov.br
112	Wanderley Matos	Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ/BA)	wanderley.matos@inga.ba.gov.br





ANEXO B

Registro fotográfico da III Reunião de Intercâmbio de Experiências
dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil



Foto 1

Palestrante na Abertura da III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, Carlos Américo Basco, Representante do IICA no Brasil.



Foto 2

Palestra de Abertura da III Reunião de Intercâmbio de Experiências de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, Carlos Américo Basco, Representante do IICA no Brasil.



Foto 3

Painel 1 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010. Da esquerda para a direita: Marcos José Rodrigues Miranda (MI), Carlos Américo Basco (IICA), José Gasques (MAPA) e Marlon Duarte Barbosa (SRA/MDA).



Foto 4

Apresentação de Marcos José Rodrigues Miranda (MI) no Painel 1 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010. Da esquerda para a direita: Marcos Miranda, Carlos Américo Basco (IICA), José Gasques (MAPA) e Marlon Duarte Barbosa (SRA/MDA).



Foto 5

Painel 2 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil. Da esquerda para a direita: Paulo Pitanga do Amparo (MI), Carlos Miranda (IICA) e Luiz André Soares (ISC), 28 de abril de 2010.



Foto 6

Paulo Pitanga do Amparo, do Ministério da Integração Nacional, no Painel 2 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, em 28 de abril de 2010.



Foto 7

Luiz André Soares, do Instituto Souza Cruz, no Painel 2 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil.



Foto 8

Painel 3 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010. Da esquerda para a direita: Renata Rosendo Maranhão (MMA), Marco Ortega (IICA), Jorge Streit (FBB) e Vera Lucia Ribeiro de Barros (MCT).



Foto 9

Renata Rozendo Maranhão, do Ministério do Meio Ambiente, no Painel 3 da III Reunião de Intercâmbio de Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, em 28 de abril de 2010.



Foto 10

Vera Lucia Ribeiro de Barros, do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Painel 3 da III Reunião de Intercâmbio dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, em 28 de abril de 2010.



Foto 11

Painel 4 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010. Da esquerda para a direita: Luciano de Meneses Evaristo e Luís Mauro Santos (Ibama), Aimée Novo Faria (MCT), Aureliano da Costa Matos (IICA), Elias de Paula de Araújo (INGÁ/BA) e Ramon Flavio Rodrigues (MI).



Foto 12

Aimée Novo Faria no Painel 4 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010.



Foto 13

Elias de Paula de Araújo, do INGÁ/BA, no Painel 4 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010.



Foto 14

Ramon Flávio Rodrigues, do Ministério da Integração Nacional, no Painel 4 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010.



Foto 15

Luciano de Moraes Evaristo e Luis Mauro Santos, do Ibama, no Painel 4 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 28 de abril de 2010.



Foto 16

Painel 5 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 29 de abril de 2010. Da esquerda para a direita: José Carlos Azis Ary (BNB), Vinicius Pedron Macário (NEAD/MDA), Christian Fischer (IICA), Otavio Valentin Balsad (Embrapa) e Petula Ponciano Nascimento (Embrapa).



Foto 17

Eduardo Flavio Rodrigues Martins e José Carlos Azis Ary, do Banco do Nordeste, e Vinicius Pedron Macário, do NEAD/MDA, no Painel 5 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 29 de abril de 2010.



Foto 18

Petula Ponciano Nascimento, da Embrapa, no Painel 5 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 29 de abril de 2010.



Foto 19

Painel 6 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 29 de abril de 2010. Da esquerda para a direita: José Luiz de Souza, do Ministério da Integração Nacional, Gertjan Beekman (IICA) e Marcos Dal Fabro, do Ministério do Meio Ambiente.



Foto 20

Marcos Dal Fabro, no Painel 6 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 29 de abril de 2010.



Foto 21

Painel 7 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 29 de abril de 2010. Da esquerda para a direita: Carlos Yassuo Sudo (Eletronorte), Fernando Oliveira Mateus e Eduardo Luis de Paula Borges (Eletrobras), Fernanda Corezola (SDT/MDA), Heithel Souza Silva (IICA), Josias Farias Neto e José Gilberto Sztutman (DAS/Ceará).



Foto 22

José Gilberto Sztutman, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, no Painel 7 da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil, 29 de abril de 2010.



Foto 23

Carlos Américo Basco, Representante do IICA no Brasil, apresenta o *Relatório Anual 2009 – Brasil*, na III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil.



Foto 24

Visão do auditório da III Reunião de Intercâmbio de Experiências dos Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil.



www.iica.int